



Ana Margarida Silva da Cunha nº38100

“Tiny Moving Parts: Arte como forma de prevenção da Delinquência Juvenil”

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Licenciatura em Criminologia

Porto, 2021

Tiny Moving Parts: Arte como forma de prevenção da Delinquência Juvenil



Ana Margarida Silva da Cunha nº38100

“Tiny Moving Parts: Arte como forma de prevenção da Delinquência
Juvenil”

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Licenciatura em Criminologia

Porto, 2021

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Licenciatura em Criminologia

“Tiny Moving Parts: Arte como forma de prevenção da Delinquência Juvenil”

Ana Margarida Silva da Cunha

Projeto de Graduação apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos necessários para a obtenção de Grau de Licenciado do curso de Criminologia, sob a orientação da Professora Glória Jóluskin.

Resumo

Este projeto pretende compreender o fenómeno da delinquência juvenil e o papel da arte numa prevenção precoce da mesma.

Por isso mesmo, este projeto está dividido em 3 capítulos, o primeiro capítulo faz a exploração dos conceitos relacionados com a delinquência juvenil, o segundo capítulo explora a parte da prevenção da mesma e o terceiro capítulo é relativo a um programa de prevenção onde se utiliza a arte para estimular nos jovens mudanças nas suas atitudes, crenças e comportamentos. O programa de prevenção tem como objetivo promover os comportamentos pró-sociais e as competências sociais e pessoais dos jovens que se encontrem em risco.

Palavras chave: Delinquência Juvenil; Prevenção; Terapia da Arte;

Abstract

This project aims to understand the phenomenon of juvenile delinquency and the role of art in its early prevention.

For this reason, this project is divided into 3 chapters. The first chapter explores the concepts related to juvenile delinquency, the second chapter explores the prevention part of it and the third chapter is related to a prevention program where it is used art to encourage changes in their attitudes, beliefs and behavior. This prevention program aims to promote pro-social behavior and the social and personal skills of young people who are at risk.

Key words: Juvenile Delinquency; Prevention; Art Therapy;

*“Where Most are comfortable accepting insignificance
We strive to find the effort within”*

-The disconnect, Counterparts

Agradecimentos

Quero agradecer em primeiro lugar à minha orientadora de projeto, Professora Glória Jólluskin, por ser um anjo e ter aceite o meu pedido, por toda a disponibilidade que demonstrou em ajudar-me durante este processo e por ter sido uma pessoa fundamental na execução deste projeto.

Quero agradecer a todos os professores, que fizeram este percurso ser mais interessante e me deram ensinamentos para a vida.

Quero agradecer aos meus avós que me apoiaram incondicionalmente ao longo de toda a minha vida e de toda a aventura que foi esta licenciatura.

Quero agradecer aos meus pais, por me incentivarem sempre a seguir os meus sonhos e a trabalhar para que eles se concretizassem. Agradecer à minha irmã por ser a melhor coisa que me aconteceu na vida e por me fazer querer sempre lutar por um futuro melhor para ela.

Quero agradecer a todos os amigos que fiz na universidade, a todas as experiências que tive a oportunidade de viver, de uma maneira ou de outra fizeram de mim a pessoa que sou hoje.

Quero agradecer a todos os meus outros amigos que sempre me apoiaram e me abriram caminho e me deram asas para voar e ser livre.

Quero agradecer ao Gonçalo, por estar sempre presente e me dar o incentivo necessário a continuar mesmo quando eu quis desistir.

Por fim, quero agradecer a mim mesma, por ter ido buscar forças onde muitas vezes não sabia que as tinha e por ter tido a coragem de continuar mesmo quando não era essa a minha vontade.

Índice

Introdução.....	1
----- PARTE I -----	2
Capítulo I - Delinquência Juvenil: exploração de conceitos.....	3
1.1 - Enquadramento Jurídico-Legal.....	5
1.2 - Fatores de Risco e Fatores de Proteção da delinquência.....	6
i) Fatores de risco Individuais.....	7
ii) Fatores Familiares.....	8
iii) Fatores Escolares.....	9
iv) Influência do Grupo de Pares e os Processos de Socialização.....	10
v) Fatores de Proteção.....	11
Capítulo II - Prevenção e Intervenção.....	12
2.1 - Elementos chave para uma intervenção eficaz.....	12
i) Tipos de programa - abordagens terapêuticas.....	12
ii) Qualidade do programa.....	13
iii) Programa que enquadre as necessidades individuais.....	13
iv) Interação com os jovens.....	14
2.2 - Intervenções Eficazes.....	14
i) Justiça Restaurativa.....	14
ii) Cognitive Behavioural Therapy (CBT).....	15
iii) Entrevista Motivacionais.....	16
iv) Mentoring (Mentoria).....	16
2.3 - Terapia da Arte.....	17
i) O que é?.....	17
1) Terapias baseadas na arte.....	18
2) Terapias Artísticas.....	20
ii) Terapia das artes associada a outro tipo de terapias.....	21
iii) Benefícios da Terapia das artes em jovens em risco.....	23
iv) Relação entre estes programas e a prevenção da criminalidade.....	24
----- PARTE II -----	25
Capítulo III - Estudo Empírico.....	26
3.1 - Introdução.....	26
3.2 - Local da implementação do programa.....	27
3.3 - Equipa.....	27
3.4 - População alvo.....	28
3.4.1- Caracterização da população alvo.....	28
3.5 - Avaliação de necessidades.....	28
3.5 - Planificação da Intervenção.....	29
a) Objetivo Geral.....	29
b) Objetivos Específicos.....	29
c) Atividades e Recursos.....	30
1. Primeira sessão: Introdução ao Programa.....	30
2. Segunda Sessão “Dinâmica de Conhecimento”.....	31
3. Terceira sessão “Quem sou eu?”.....	32
4. Quarta sessão “Relaxamento e Meditação”.....	33
5. Quinta sessão “Comunicação não verbal”.....	33
6. Sexta Sessão “ Talismã”.....	34
7. Sétima sessão “Auto-conhecimento”.....	35
8. Oitava sessão “Resolução de Problemas”.....	36
9. Nona e Décima sessão “Mural”.....	37
10. Décima Primeira Sessão “Dramatização”.....	38
11. Décima Segunda Sessão “Até já!”.....	38
d) Avaliação.....	38
e) Resultados Expectáveis.....	39
Reflexão Final.....	40
Referências.....	42
Anexos.....	49

Índice de Siglas

LTE - Lei Tutelar Educativa

LPCJP - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

CBT - Cognitive Behavioural Therapy

PYD - Positive Youth Development

Índice de Anexos

Anexo A - Pedido à Direção Regional de Educação do Norte

Anexo B - Pedido à Direção do Estabelecimento de Ensino

Anexo C - Autorização de Participação dos Encarregados de Educação

Anexo D - Autorização de Participação dos Alunos

Anexo E - Questionário

Anexo F - Questionário de reflexão 2º sessão

Anexo G - Questionário de reflexão 3º sessão

Anexo H - Questionário de reflexão 4º sessão

Anexo I - Questionário de reflexão 5º sessão

Anexo J - Questionário de reflexão 6º sessão

Anexo K - Questionário de reflexão 7º sessão

Anexo L - Questionário de reflexão 8º sessão

Anexo M - Questionário de reflexão 11º sessão

Anexo Q - Questionário Final

Introdução

O presente projeto de graduação que tem como nome “Tiny Moving Parts: Arte como forma de prevenção da Delinquência Juvenil”, e é um dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Licenciatura em Criminologia na Universidade Fernando Pessoa.

A abordagem deste tema nesta área específica surgiu no 1º ano de licenciatura durante uma das aulas de História do Pensamento Criminológico e foi-se desenvolvendo até ter a cadeira de Crime: Prevenção e Reinserção Social. Durante a pandemia, esta vontade foi ficando cada vez mais presente, porque tal como muitas outras pessoas também voltei a dar asas ao meu “eu” artístico e criativo.

Uma das minhas grandes paixões é a arte, seja ela em que forma for, sempre me trouxe paz espiritual e me ajudou a ultrapassar problemas diversos. Posto isto, pensei que seria uma forma diferente de abordar e compreender até que ponto a arte pode ou não ser um meio de prevenção da delinquência em jovens em risco.

A arte pode ser vista como um meio de redescoberta pessoal através do qual os jovens podem interagir, desenvolver novas aptidões e melhorar a sua relação consigo e com os outros. Por isso, torna-se imperativo que se dê força a estes jovens para que eles possam também encontrar o seu caminho, promovendo desta forma a prevenção da delinquência juvenil e simultaneamente desenvolvendo um melhor auto-conceito nestes jovens.

Irei desta forma debruçar-me sobre este tema, com carinho e dedicação, para que os resultados deste trabalho e esforço possam mais tarde ser utilizados a favor daqueles que são mais vulneráveis e que precisam de mais apoio para superar as dificuldades da vida.

————— PARTE I —————

Capítulo I - Delinquência Juvenil: exploração de conceitos

Qualquer pessoa pode enveredar pelo caminho da delinquência, independentemente da sua idade, do sexo, da sua etnia, etc. No entanto, a adolescência, por diversos motivos é uma das fases mais apelativas e simultaneamente uma das fases mais frequentes para o seu surgimento. Os motivos que levam às práticas criminais podem variar segundo fatores internos - que dizem respeito ao indivíduo, tais como a sua personalidade, as suas vontades e crenças e fatores externos - podendo estes tratar-se de fatores familiares (ex.: mau ambiente familiar), fatores sociais (ex.: falta de condições de habitação) (Moffitt, 1993).

A adolescência é uma fase ou uma etapa onde todos passamos por um processo de descobrimento pessoal, de delineação de objetivos e por estes mesmo aspetos torna-se necessário e fulcral o desenvolvimento de bons processos de socialização (Carvalho, 2005).

É na adolescência que desenvolvemos o que será a nossa personalidade, como fator resultante das experiências de vida e do meio familiar e sociocultural onde o jovem se encontra inserido, não obstante a isto é também na adolescência que se notam as maiores alterações a nível físico (Pral, 2007; Carvalho, 2005).

De acordo com Pral (2007), é precisamente nesta fase que o adolescente deixa a alçada da família e começa a tornar-se um ser mais autónomo, o que muitas vezes se traduz num afastamento familiar e na integração de grupos de pares. Estes por sua vez começam a ter um maior impacto no que é a construção da identidade do jovem (Pral, 2007).

Embora a integração de grupos de pares seja uma coisa boa porque permite a socialização do indivíduo, pode simultaneamente ser um problema. A dificuldade no que diz respeito à integração num certo grupo, pode fazer com que o adolescente se sinta excluído ou rejeitado. A aprovação por parte dos pares é nesta fase algo muito importante para a maioria dos adolescentes e por isso mesmo, sentimentos de exclusão podem resultar em atos delinquentes ou antissociais (Born, 2005; Martinho 2010).

A adolescência tem um grande impacto nos jovens. É uma fase que gera um rodopio de emoções e sentimentos, alterações de humor e gera em vários insegurança e necessidade de aprovação. Tudo isto, é uma forte potência para o desencadear de comportamentos mais agressivos, de conflito, de oposição à autoridade, o que se traduz em comportamentos que vão ao encontro da delinquência juvenil.

De acordo com Fréchette e Le Blanc (1987) a delinquência pode ser regressiva ou extensiva. A delinquência regressiva, mesmo que possa ser grave ou intensa, é transitória, tendo tendência a desaparecer na segunda metade da adolescência. Trata-se essencialmente de comportamentos que são considerados como rituais de passagem, não impedindo o jovem de se integrar na comunidade onde está inserido. Por outro lado, a delinquência extensiva, é iniciada de forma precoce, é persistente e/ou progressiva. É este tipo de delinquência que segundo os autores pode ser um fator da criminalidade durante a idade adulta.

Moffitt (1993), apresentou a proposta que desenvolveu e ficou conhecida como taxonomia da delinquência, que propunha a distinção entre a delinquência limitada à adolescência e a comportamento antissocial persistente. O primeiro tem por norma início na adolescência, podendo ter lugar devido a interesses materiais, vontade de prestígio e/ou vontade de pertença a um grupo. Geralmente, no fim da adolescência, o jovem desiste de delinquir, devido à maturidade que foi ganhando ao longo do processo. Esta maturidade faz com que seja possível para o jovem ponderar os riscos e os custos associados aos riscos que são inerentes às condutas delinquentes (Moffitt, 1993;) Comparativamente, a delinquência persistente, tem início numa idade bastante precoce, mantém-se na adolescência e no seguimento da vida do indivíduo, resultando num carreira desviante (Born, 2005).

Contudo, podemos concluir que não há apenas uma causa que seja exclusivamente responsável pela delinquência assim como não há uma trajetória, que individualmente leve o sujeito para uma carreira criminal (Farrington, 1998; Loeber et al., 2003).

Diversos são os estudos que demonstram que as idades predominantes são entre os 12 e os 17 anos de idade, a partir dos 17 a delinquência juvenil entra em declínio (Farrington, 1998; Iaralha, 2015). Mais uma vez é possível compreender que este comportamento está relacionado com a influência dos pares, em que a integração é muita das vezes feita através do cometimento de atos ilícitos.

Neste contexto podemos afirmar que nem todos os jovens são delinquentes só porque cometem um delito. Alguns destes comportamentos anti normativos são só uma forma do jovem tentar superar algumas das dificuldades da adolescência (Silbereisen et al., 1987), isto é, podem adotar comportamentos que transgridem as normas sociais, porém estas não são punidas por lei, exemplo disso pode ser o abuso de substâncias ilícitas (Agra e Matos, 1997), não cumprir as regras da escola (Carvalho, 2005). No entanto, para outros adolescentes o comportamento anti-normativo torna-se necessário para a aprendizagem e o desenvolvimento de outras formas de socialização (Benavente, 2002). De acordo com Negreiros (2008), só um número restrito de jovens irá apresentar comportamentos que se estendam à idade adulta de forma persistente e grave.

1.1 - Enquadramento Jurídico-Legal

A delinquência é um conceito que pode ser determinado a nível jurídico-legal (Negreiros, 2008). É importante de referir que não se deve confundir o conceito de delinquência com o conceito de comportamento antissocial. Um comportamento antissocial é um comportamento que como o próprio nome indica está conectado ao facto de ir contra as normas estabelecidas na sociedade, isto é, não corresponde às normas de conduta que são esperadas (Negreiros, 2008). Nem todos os comportamentos antissociais se transformam necessariamente em comportamentos delinquentes. O comportamento delinvente pressupõe à partida um contacto com o sistema judicial (Negreiros, 2008), pelo que podemos compreender que um ato delinvente se trata de uma prática que está tipificada como crime (Pral, 2007).

Assim, de acordo com Carvalho (2003), a delinquência juvenil é percebida como “todos os comportamentos problemáticos que se manifestam no decurso de transição dos jovens para a vida adulta sendo compreendidos como comportamentos de fuga às

condutas sociais convencionais que o indivíduo manifesta decorrentes de um processo de socialização juvenil”(Dias, 2017)

A 1 de janeiro de 2001, Portugal promulgou a Lei Tutelar Educativa (LTE) (Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro, alterada pela Lei 4/2015, de 15 de janeiro) e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com alterações da Lei n.º 26/2018, de 5 de julho). Estas leis foram criadas com o intuito de distinguir as medidas a aplicar a um jovem em perigo e as medidas a aplicar a um jovem com comportamentos desviantes.

A LPCJP tem como objetivo “a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral.” como previsto no artigo 1º, Lei n.º 147/99. A LTE visa “a educação do menor para o direito e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade.” tal como descrito no artigo 2º, Lei n.º 166/99.

A LPCJP é aplicada a crianças ou jovens que se encontrem em situações de risco ou perigo, seja este de saúde, segurança, na sua educação ou qualquer outro tipo de perigo que se encontre previsto no artigo 3º n.º1 da presente lei.

A LTE é aplicada a jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos de idade, que ocorram na prática de qualquer ato classificado pela lei como crime, como previsto no artigo 1º da lei mencionada. Esta lei tem como intuito a educação do menor e a sua inserção na vida da comunidade e por isso espera-se que ao ser aplicada o jovem ou menor sejam capazes de interiorizar e aprender os valores bem como as normas sociais, e não que vejam a aplicação da lei apenas como uma punição. Importante de referir que de acordo com o artigo 5º da LTE, as medidas tutelares podem ser prolongadas até que o jovem complete 21 anos, nesse momento são cessadas obrigatoriamente.

1.2 - Fatores de Risco e Fatores de Proteção da delinquência

Há uma necessidade de abordar a delinquência juvenil, de acordo com os diferentes contextos onde os jovens estão inseridos. Tentando de certa forma

fundamentar a existência da mesma através dos fatores de risco e aos fatores de proteção que estes possam ter (família, escola, grupo de pares, meio comunitário).

De acordo com Mrazek e Haggerty (1994. p.127) os fatores de risco são “as características e variáveis que, quando presentes num determinado indivíduo, aumentam a probabilidade desse indivíduo, mais do que outro da população em geral, em desenvolver uma desordem comportamental”

Conhecer o fatores de risco é algo que se torna imperativo não só para prevenir mas também para poder tomar uma decisão fundamental no que toca ao tipo de intervenção que tem de ser aplicado. É importante que as intervenções não se foquem apenas no delito cometido mas também nos fatores que lhe são subjacentes, podendo estes últimos ser a escola, a família, fatores relacionados com saúde mental ou fatores emocionais. Estes são também fatores que irão ditar qual o sucesso da intervenção aplicada.

Considera-se que um fator de risco pode ser definido como um acontecimento que aumente a probabilidade de determinado problema ocorrer (Kirby e Frase *cit. in* Chitas, 2010). Segundo Pral (2007), os fatores de risco são algo que levam o jovem a desenvolver um comportamento desviante ou criminal. Num estudo de Farrington e Loeber, Pral (2007) diz que existem quatro tipos de fatores de risco, sendo estes: individuais, familiares, por influência dos pares e escolares e comunitários. No entanto, Farrington (2002) diz que os fatores mais importantes são os fatores individuais, familiares e fatores escolares.

i) Fatores de risco Individuais

Tratam-se de características genéticas, emocionais, sociais e cognitivas. São, de acordo com Silva (2010) os que se demonstram mais significativos. Os fatores individuais são os traços de personalidade do jovem (Farrington, 2002).

Pral (2007), afirma que a impulsividade, a agressividade, os problemas de comportamento a nível precoce, o egocentrismo, competências sociais e pessoais deficitárias, resistência à mudança, baixa empatia, problemas de vinculação e de relação

com outros, desequilíbrios fisiológicos, psicopatologias associadas, rotinas desajustadas são alguns dos fatores que contribuem para a delinquência juvenil. Ainda de acordo com o autor a baixa auto estima está associada à prática de delitos, isto é, quanto mais baixo e negativo for o conceito de auto imagem do adolescente, maior será a sua propensão para delinquir (Pral, 2007).

A utilização dos tempos livres de forma desadequada, fracas competências a nível social, problemas em arranjar soluções alternativas para a resolução de situações a nível comportamental e dificuldades de relacionamento com terceiros, são também algumas das variáveis de risco para a delinquência. (Debarbieux e Blaya, 2002).

ii) Fatores Familiares

A família é desde o momento em que a criança nasce a sua principal referência, não só a nível social como também é o primeiro contacto da criança para muitas situações tais como os processos de socialização. A família é por isso considerada uma instituição complexa e muito importante para o desenvolvimento da criança.

É esta que tem o dever de inculcar na criança os valores, as crenças e as atitudes que esta deve ter face à vida em sociedade, isto é, o ambiente familiar é algo que se irá refletir no desenvolver da personalidade do jovem.

De acordo com Rigon (2012), é nas relações familiares que muitas vezes se escondem características que levam à delinquência tais como a negligência e irresponsabilidade parental, abandono emocional, violência sobretudo física e psicológica.

A criança demonstra uma grande tendência a seguir os mesmos valores que os seus pais, uma vez que estes desempenham o papel de modelos. Segundo Patterson (1989), os problemas no seio familiar são o preditor mais forte no que toca a comportamentos desviantes.

Como podemos até agora perceber a família por ser o primeiro agente de socialização do jovem, é também um dos maiores fatores de proteção ou de risco para a

delinquência, tudo depende das características e dinâmicas da mesma (Feijó e Assis, 2004).

A família pode, de acordo com Murray e Farrington (2010), ter uma influência negativa no adolescente em situações em que por exemplo: exista uma família extensa, que possa ser de classe social desfavorecida; onde a supervisão parental é fraca; onde haja irmãos mais velhos que tenham condutas delinquentes; onde exista uma vinculação afetiva entre pais e filhos muito deficitária; caso a família seja desestruturada, isto é, em situações de divórcio ou monoparentalidade; até caso a nascimento deste jovem tenha sido resultado de gravidez adolescente, pode ser um fator de risco, caso os pais não tenham concluído a escolaridade mínima.

A socialização no seio familiar exerce uma grande influência no indivíduo. De acordo com Silva (2010) e Hein (2004) comportamentos antissociais por parte dos pais e uma baixa supervisão por parte dos mesmos, quando aliadas a condutas educativas inadequadas (ex.: parentalidade hostil, crítica e punitiva), negligência e abuso de substâncias pode fazer aumentar o sentimento de frustração nos jovens, refletindo-se em condutas que sejam diferentes à normatividade.

Aglio (2010) afirma que adolescentes que sofreram algum tipo de maus tratos no seio familiar tem tendência a perceber a família como uma instituição pouco coesa, mais rígida e menos afetuosa.

Quando associados a todos os fatores anteriores, existem psicopatologias e criminalidade por parte dos pais, as probabilidades do jovem reproduzir comportamentos desviantes são maiores (Matos et al., 2009).

iii) Fatores Escolares

A escola tem um papel crucial nos processos de socialização uma vez que promove a aprendizagem e as competências sociais que são necessárias. No entanto, nem tudo é perfeito e algumas das experiências lá vividas podem resultar em algo prejudicial ao desenvolvimento do adolescente.

Segundo Brofenbrenner (1994) a escola é parte do meio social e facilita bastante a integração na comunidade. É na escola que se lecionam, ainda que de forma indireta, as normas e os modelos comportamentais, sendo que por isso mesmo, esta é considerada um agente principal no que toca ao desenvolvimento da delinquência juvenil (Matos et al., 2009).

É aqui que muitos dos comportamentos anti-normativos se verificam. Através de casos de violência, absentismo escolar ou indisciplina (Lourenço, 2009). Por outro lado, a localização da escola e a própria estrutura da mesma pode influenciar o jovem.

Em escolas que existam níveis altos de desconfiança entre docentes e alunos, onde existam regras inconsistentes, há uma propensão menor para a valorização da educação, estando por isso mesmo mais sujeitos à influência dos pares (Herrenkohl et al., 2001).

Os fatores escolares refletem-se em dificuldades de adaptação ao meio, que se traduz em dificuldades de aprendizagem, absentismo e insucesso a nível escolar (Azevedo, 2013).

iv) Influência do Grupo de Pares e os Processos de Socialização

O grupo de pares é também um dos principais agentes de socialização, sobretudo na adolescência, que é uma etapa onde os jovens começam aos poucos a desvincular-se da família e a associar-se a grupos (Haynie, 2002). Alguns destes grupos criam elos de ligação muito fortes e tem regras muito específicas entre eles, pode ser exemplo disso, grupos que estão associados à delinquência (Born, 2005). Jovens ou crianças que demonstrem comportamentos mais desviantes têm mais tendência a associar-se a grupos delinquentes (Fergusson e Horward, 1996). A adolescência é um período de construção da identidade e é um período de constante socialização.

De acordo com Haynie (2002), os grupos de pares que praticam atos delinquentes, são para os jovens que os integram algo importante, uma vez que lhes podem facilitar ou dificultar o envolvimento em comportamentos criminais. Neste sentido, por vezes, para se sentirem integrados os jovens acabam mesmo por enveredar

em comportamentos delinquentes. Este envolvimento pode trazer-lhes estatuto social ou uma certa reputação no público geral (Hurrelmann e Mags, 1998).

Geralmente, por volta do 15/16 anos os jovens tem tendência a sentir mais pressão por parte dos grupos, quer seja para consumir, quer seja para adotar comportamentos desviantes (Nunes, 2010). A adolescência, é um momento onde os jovens tendem a associar-se a grupos e a interiorizar as normas dos mesmos por forma a serem aceites. Esta associação a grupos pode ser facilitada pela escola (Ferreira, 1997).

De acordo com Trillo (2011), os comportamentos anti-normativos adotados podem ser explicados pela pressão que existe por parte do grupo para a reprodução de comportamentos desviantes, por sua vez, o jovem respeita a hierarquia do grupo e adota comportamentos que o levem a ser aceite pelo mesmo.

No entanto, a não associação a qualquer tipo de grupo é tão má como a associação a grupos com comportamentos desviantes. Wasserman et al., (2003) afirmam que a rejeição por parte dos grupos também se traduz em comportamentos mais negativos e hostis.

v) Fatores de Proteção

Os fatores de proteção são algo que reforça a resistência aos fatores de risco, atenuando os efeitos negativos dos mesmos e dando ao jovem condições para que este não opte por comportamentos desviantes (Pral, 2007).

De acordo com Hoge et alii (2012), tem vindo a ser identificados fatores de proteção, no sentido de moderar os potenciais efeitos dos fatores de risco.

Do ponto de visto de Carvalho (2004), a atitude otimista face à resolução de problemas apresentados, boa capacidade de comunicação e reflexão e laços afetivos positivos podem ser considerados fatores de proteção. Com isto, se o adolescente tiver uma boa relação familiar, disciplina, supervisão e limites e regras, vai estar mais resguardado de participar em atividades delinquentes. A autora mencionada defende que a comunidade também desenvolve um papel muito importante no que toca aos fatores

de proteção. Sobretudo, uma vez que para esta as condições das habitações, as redes de apoio social e as escolas com estratégias positivas relativamente ao desenvolvimento dos seus alunos, são também considerados fatores de proteção.

A participação ativa na educação das crianças, vínculos afetivos coesos e positivos, são fatores de proteção (Manso, 2006). Ainda na perspetiva de Manso (2006), as capacidades cognitivas e de controlo tais como a resiliência, autonomia, confiança em si próprio e nos que o rodeiam, são fatores de proteção individuais. A nível dos fatores escolares, as oportunidades de aprendizagens e a ocupação de tempos livres são também uma forma de proteção.

Os fatores de proteção e os fatores de risco podem ir surgindo e simultaneamente desaparecendo ao longo da vida do jovem, por isso é que é necessário que a prevenção seja posta em prática desde cedo, isto é, a prevenção deve acompanhar o desenvolvimento do adolescente/jovem/criança.

O programa de prevenção para ser não só eficaz mas também obter resultados positivos deve apresentar uma diminuição dos fatores de risco e simultaneamente deve aumentar os fatores de proteção ou o desenvolvimento destes (Moreira e Melo, 2005).

Capítulo II - Prevenção e Intervenção

2.1 - Elementos chave para uma intervenção eficaz

i) Tipos de programa - abordagens terapêuticas

Lipsey (2009) classificou vários programas em várias categorias baseado na sua abordagem filosófica ou na sua abordagem geral. Após esta classificação, os resultados demonstraram que as intervenções terapêuticas são, de forma geral mais eficazes a reduzir a reincidência do que os programas focados numa abordagem mais punitiva (ex.: programas que se focam mais no medo das consequências do que propriamente no fazer com que o jovem compreenda o porque de estar errado e a não voltar a ter as mesmas atitudes).

As intervenções com abordagens terapêuticas permitem um desenvolvimento de capacidades (ex.: técnicas cognitivo comportamentais; habilidades sociais); justiça restaurativa (ex.: restituição dos valores ou mediação entre a vítima e o ofendido); Acompanhamento (ex.: aos indivíduos, famílias, etc) e Mentoria, que se demonstra eficaz em certos contextos (Adler et al., 2016).

Também é importante utilizar estes programas num modelo que consiga abranger vários fatores de risco e não apenas um fator, para que este seja mais eficaz.

ii) Qualidade do programa

Outro elemento essencial para a eficácia é a maneira como o programa é implantado (Adler et al., 2016).

Fatores importantes para uma intervenção com eficácia são (Adler et al., 2016):

- Garantir que o programa é adequado às necessidades do indivíduo - ter em consideração as necessidades, motivações e tipo de aprendizagem de cada um para que lhe seja aplicado o programa mais compatível.
- Qualidade da implementação do programa - altas taxas de desistência, staff mal treinado e programas incompletos estão associados com taxas de redução da reincidência mais baixas.
- Fidelidade - quando a pessoa que desenvolve o programa está envolvida em todo o processo de implementação do mesmo, os resultados tem tendência a ser melhores.
- Duração e intensidade do programa - garantir que cada pessoa recebe a intervenção que necessita. Há evidências que programas mais extensos (superior a 6 meses) tem tendência a ser mais eficazes do que intervenções curtas.

iii) Programa que enquadre as necessidades individuais

Evidências demonstram que os programas devem ser adequados aos fatores de risco e as necessidades de cada indivíduo para que haja uma mudança significativa (Adler et al., 2016). Por este mesmo motivo os programas devem ser direcionados para os fatores dinâmicos, isto é, aqueles que podem ser alterados com o tempo (ex.: uso de

drogas). Os programas devem também promover a auto-estima e a resiliência do jovem, de modo a que o próprio também se desafie a alterar as suas formas de pensar e de dar uma oportunidade de melhorar as suas capacidades em benefício de uma vida melhor. (Adler et al., 2016).

iv) Interação com os jovens

Os jovens tem tendência a colaborar mais com a intervenção e a trabalhar para mudarem quando o terapeuta têm uma relação mais aberta e sem julgamentos (Halse et al., 2012).

Quando os jovens se sentem confortáveis com as instituições que promovem a intervenção, os resultados são mais visíveis, existe uma maior propensão para o sucesso, beneficiando mais do programa e aproveitam mais as oportunidades que lhes são dadas.

2.2 - Intervenções Eficazes

De acordo com a National Conference of State Legislatures (2011), as intervenções mais eficazes são aquelas que tem com alvo os jovens certos. Ainda de acordo com estudos feitos pela anterior referida, programas terapêuticos - tais como programas restaurativos, programas baseados no desenvolvimento de capacidades e terapia - são mais eficazes do que os que impõe mais disciplina. (National Conference of State Legislatures, 2011). O mais importante é que o programa seja adequado às necessidades dos jovens.

i) Justiça Restaurativa

As intervenções restaurativas colocam a vítima como sendo o centro do processo e simultaneamente tenta reparar o dano causado.

É, segundo Marshall (1997) um processo no qual as partes envolvidas tentam decidir conjuntamente a melhor maneira de lidar com as repercussões do delito e com as futuras consequências.

A técnica mais utilizada neste tipo de justiça é a Mediação entre vítima e ofensor. Esta técnica requer um encontro entre a vítima e o agressor, com um mediador presente. O objetivo deste encontro é a restituição ou então a formulação de um plano restaurativo (Adler et al., 2016).

Quando as condições para a aplicação deste tipo de justiça estão reunidas, há fortes evidências que pode reduzir a reincidência por parte dos jovens (Bradshaw e Roseborough, 2005).

Análises de estudos internacionais provaram que este tipo de intervenção podem ter resultados duas vezes melhores, no que diz respeito à redução de reincidência do que os esperados noutro tipo de justiça mais punitivas (Bradshaw e Roseborough, 2005).

A justiça restaurativa está também associada a maiores níveis de satisfação por parte das vítimas (Strang et al., 2013) e conseqüentemente a percepções positivas por parte dos agressores no que diz respeito à restituição do dano à vítima e à sociedade (Kim e Gerber, 2012).

ii) Cognitive Behavioural Therapy (CBT)

Este tipo de terapia tem como objetivo o ajuste de pensamentos e atitudes dos jovens, que por conseguinte irá mudar o seu comportamento. Abordagens cognitivo-comportamentais são usadas numa panóplia de intervenções assim como em programas específicos. Este tipo de terapia combina tanto o desenvolvimento da parte cognitiva como comportamental, recorrendo à consciencialização do “eu”, aceitação pessoal e de desenvolvimento do conceito de compromisso (Adler et al., 2016).

Neste tipo de terapias é mencionado por Adler et al. (2016), que o terapeuta e o jovem trabalham em conjunto para compreender as necessidades do jovem. Uma vez que estas estejam identificadas, faz-se a identificação do problema e como este afeta os comportamentos, emoções e o funcionamento do jovem. Após essa compreensão, o jovem juntamente com o terapeuta fazem um plano com os objetivos principais da terapia, isto é necessário porque vai ajudar o jovem a desenvolver a capacidade de resolver problemas e encontrar soluções úteis para este.

Ao analisar vários estudos, Adler et al., (2016) demonstraram que esta abordagem é uma das que produz mais resultados no que toca a reduzir a reincidência em comportamentos anti normativos, por parte dos jovens, sobretudo quando é feita uma intervenção em jovens até aos 25 anos.

Também resultante deste tipo de intervenção, nota-se um efeito positivo nas comunidades. Exemplo disso foi a participação de um grupo que estava a ser alvo desta intervenção obter resultados melhores que o grupo de controlo no que diz respeito às queixas criminais (Jewel et al., 2013).

iii) Entrevista Motivacionais

Entrevistas motivacionais são uma forma do terapeuta ter um diálogo colaborativo com o jovem (Lundahl e Burke, 2009). É geralmente usado em jovens que sentem dificuldades em seguir o caminho que os leva a mudar o seu comportamento (Lundahl e Burke, 2009). É uma maneira de ajudar o jovem a confrontar-se com as suas ações e decisões e ao mesmo tempo ser ajudado a desenvolver capacidades de resolução de problemas. Estas entrevistas motivacionais podem ser combinadas com terapias cognitivo-comportamentais. Foi possível em vários estudos demonstrar que estas entrevistas conseguiram obter um maior sucesso face à diminuição de problemas comportamentais (ex.: consumo de drogas ou de álcool) (Rubak et al., 2005).

Baseado nos poucos estudos, há uma evidência que parece ser promissora e que apoia o uso de entrevistas motivacionais com jovens que ofenderam (Adler et al., 2016). Num programa aplicado nos Estados Unidos, com jovens que se encontravam a cumprir pena, utilizaram este tipo de entrevistas em conjunto com outro método (perguntas fechadas, afirmações e reflexão) (Young et al., 2012). O staff que foi alvo de uma formação para estar apto para aplicar estes métodos, demonstrou que os jovens com quem trabalharam apresentaram taxas mais baixas de reincidência num período de 12 meses (Young et al., 2012).

iv) Mentoring (Mentoria)

Geralmente, trata-se de encontros entre o jovem e uma pessoa que possa assumir um modelo positivo (mentor) para este e que o possa guiar e apoiar no seu processo.

Este tipo de intervenções registou poucas mas significantes reduções nos comportamentos antissociais e em comportamentos ofensores (Tolen et al., 2013) e na reincidência (Joliffe e Farrington, 2008).

Tolen et al., (2013) analisaram e compararam os efeitos da mentoria na delinquência, agressão, uso de substâncias ilícitas e desempenho académico e chegaram à conclusão que este tipo de intervenção tem mais sucesso na redução da delinquência.

A mentoria tem sido implementado no sistema da justiça criminal e tem apresentado evidências de ser mais eficaz quando aplicado numa fase inicial em jovens que demonstrem fatores de risco (Joliffe e Farrington, 2008).

Estudos qualitativos mostram que a mentoria é mais eficaz em jovens que apresentam fatores de risco mas ainda não delinquiram do que em jovens que praticam atos delinquentes de forma persistente (Tarling et al., 2004). Uma avaliação da Youth Justice Mentoring Schemes afirmou que a mentoria deveria ser aplicada a grupos de jovem em risco de delinquir, para ser mais eficaz (St James-Roberts et al., 2005). Tolen et al., (2013) encontraram provas que o apoio emocional durante as intervenções de mentoria foi enfatizado e por isso demonstram um efeito de redução do risco de reofender.

2.3 - Terapia da Arte

i) O que é?

Vários são os estudos que demonstram que a arte tem um impacto positivo no desenvolvimento dos jovens.

Menzer (2015) afirma que o envolvimento em diferentes áreas da arte (ex.: dança, trabalhos manuais, teatro...) desde cedo é associado a comportamentos sociais e emocionais mais positivos, tais como a empatia, o controlo das próprias emoções, etc.

Estudos financiados pela National Endowment for the arts, analisaram o impacto das artes na educação (ex.: tirar cursos de artes, sejam elas de que tipo forem, ou participar em atividades da escola como dança escolar). Estes estudos mostraram que entre as crianças e adolescentes - que vêm de meios mais desfavorecidos a nível económico e social - aqueles que tem maiores taxas de envolvimento com arte tem resultados mais positivos em indicadores com notas escolares, taxas de graduação do secundário, comparativamente aqueles que apresentam taxas de envolvimento menores (Catterall et al., 2012).

Segundo Ezell e Levy (2003), as artes promovem um meio para que os jovens em risco ou os jovens que já se encontram no sistema juvenil, sejam capazes de confrontar as suas emoções e os seus problemas comportamentais, quer seja através do desenvolvimento de novas capacidades, talentos ou apenas na expressão das suas ideias de forma terapêutica e criativa.

Fazer e criar arte ajuda os adolescentes a desenvolver a sua capacidade de resolução de problemas, a sua autonomia, o descobrir de certa forma o seu sentimento de propósito no mundo e a desenvolver competências sociais (Ezell e Levy, 2003).

De acordo com Van Westrhenen and Fritz (2014) a arte pode encorajar os jovens a desenvolver emoções positivas, e a verem-se como alguém que superou as suas dificuldades ao invés de se verem como vítimas do sistema.

Programas desta natureza para jovens em risco¹ ou jovens que se encontrem já no sistema² podem ser separados em dois tipos 1) programas que tem por base a arte, neste caso a arte é a terapia, que inclui a educação; e 2) terapias artísticas, a arte faz parte da terapia, ou seja, foca-se mais no processo de cura (Djurichkovic, 2011).

1) Terapias baseadas na arte

¹ Jovens em risco: apresentam fatores de risco (ex.: traços de personalidade, condições familiares, problemas e atritos na escola ou comunidade) que se mostram propensos a que este esteja mais vulnerável a enveredar pelo caminho da delinquência ou a demonstrar outros tipos de problemas comportamentais (Murray e Farrington, 2010).

² Jovens que se encontram no sistema: inclui os jovens que já se encontram envolvidos no sistemas de justiça juvenil (ex.: em programas, centros educativos, etc).

Este tipo de programas pode ser terapêutico para as populações que se encontram em risco (Hughes, 2005). Do ponto de vista de Ezell e Levy (2003), este tipo de programas foca-se no processo criativo e simultaneamente é terapêutico, uma vez que este tipo de atividade ajuda a promover mudanças positivas nos jovens.

Este tipo de programas pode ser de natureza preventiva ou de reabilitação. Geralmente estes programas tem com alvo problemas de comportamento ou problemas de saúde que envolvam o comportamento do jovem, que incluam a delinquência, a raiva, depressão, ansiedade, deficit de hiperatividade e atenção, pensamentos ou ideação suicida (Rapp-Paglicci et al., 2008; Ross, 2016). O foco principal destes programas é promover comportamentos pró sociais, resiliência, capacidade de resolução de problemas, resultados académicos (Rapp-Paglicci et al., 2011).

Este tipo de programas pode ser implementado em vários momentos. Por exemplo, alguns programas são feitos em específico para intervenções de prevenção. Estes programas tem como alvo jovens que ainda não tiveram o seu primeiro contacto com o sistema de justiça juvenil, mas que já demonstraram alguns fatores de risco. Outros programas são designados para jovens que tenham cometido infrações ou crimes leves ou então que tenham cometido a sua primeira ofensa. Por outro lado, outros dos programas já são aplicados a jovens que já se encontrem em centros educativos ou que já se tenham visto confrontados mais que uma vez com o sistema de justiça juvenil (Clawson e Coolbaugh, 2001; Ross, 2016).

Programas deste cariz podem assumir diferentes formatos, desde artes visuais, teatro, dança, música, artes manuais, entre outras. As atividades deste tipo de programas podem consistir em desenhar, pintar, esculpir, cantar, tocar instrumentos, realizar espetáculos (Hughes, 2005). Podem também realizar-se através de exercícios de escrita criativa, onde o objetivo principal é encorajar o adolescente a escrever sobre episódios stressantes das suas vidas e os sentimentos que associa a essas experiências, para que deste modo seja possível para eles processar as suas emoções e aprender a geri-las.

Diferentes tipos de programas baseados na arte apresentam diferentes abordagens. Por um lado, o teatro e as artes performativas ajudam no desenvolvimento da comunicação, espírito de equipa, na capacidade de resolução de problemas e na

empatia, enquanto as artes visuais e literárias ajudam mais a refletir e a aprender a controlar as emoções (Ezell e Levy, 2003; Kliwer et al., 2011). Por norma, este tipo de programas tem um artista da comunidade que possa servir como exemplo ou mentor dos jovens (Hughes, 2005).

2) Terapias Artísticas

Mesmo que as artes na sua forma mais crua possa ser terapêutica, o objetivo deste tipo de terapias é utilizar a arte como um meio para que o terapeuta possa criar uma ligação com o jovem (Hughes, 2005). Esta terapia tenta encorajar o jovem a fazer uma introspectiva dos seus problemas emocionais e psicológicos, através de uma perspetiva terapêutica.

As terapias artísticas, de acordo com Jackson (2015) tem a capacidade de fazer com que o jovem aumenta a sua consciencialização relativamente ao seu “Eu” e aos que o rodeiam, fornece ao jovem os meios para lidar com as suas experiências traumáticas e simultaneamente realça as suas capacidades cognitivas.

Segundo Vice (2012), estas oferecem aos jovens formas de lidar com o trauma e as más experiências, dando-lhes formas alternativas de expressar os seus sentimentos, inseguranças, vulnerabilidades, ou seja, oferecem aos jovens alternativas à delinquência e a comportamentos auto destrutivos.

Este tipo de terapias é feito por pessoas profissionais de áreas distintas (ex.: Psicologia Sociologia, Criminologia, Professores de Música, etc.) - desde que estes sejam anteriormente sujeitos a uma formação na área da terapia artística - e pode incluir terapeutas de arte visual, dança, música. Por exemplo, terapia de arte visual pode ser o desenvolvimento e a investigação de imagens, que levem a que o jovem expresse sentimentos que de forma verbal não seria capaz de o fazer (Jackson, 2015). O uso de várias vertentes artísticas permite aos jovens a criação de metáforas que expliquem o que ele sente, e conseqüentemente, ajuda o terapeuta a entender melhor o jovem através de técnicas não evasivas (Sutherland et. al., 2010; Jackson, 2015). Chama-se a isto terapia das artes criativas (Van Westrhenen e Fritz, 2014).

Estas terapias representam uma forma diferente de lidar com os jovens, sendo que por isso qualquer profissional que queira trabalhar neste tipo de intervenções tem de receber formação profissional para tal (Hughes, 2005; Jackson, 2015). No fim, as terapias baseadas na arte e artísticas criam um monte de possibilidades para jovens que se encontrem em risco de encontrar alternativas para lidar com os seus sentimentos mais negativos e a sua impulsividade.

ii) Terapia das artes associada a outro tipo de terapias

Existem alguns estudos que demonstram como programas baseados na arte podem ser benéficos para as alterações de comportamentos nos jovens. Dois deles são a cognitive-behavioural therapy (CBT) e o Positive Youth Development (PYD) (Hughes, 2005).

Cognitive behavioural therapy, já mencionada anteriormente, é uma abordagem focada na solução de problemas. O importante neste tipo de terapias é que para mudar o comportamento é primeiro preciso fazer com que indivíduo chegue à conclusão de que tem de mudar a sua forma de pensar (Development Services Group, Inc , 2010).

Alguns dos programas que tem por base a arte, usam CBT em exercícios que se centrem no auto-conhecimento, expressão, resolução de problemas e outras áreas cognitivas (Hughes, 2005). Programas de intervenção que envolvam este tipo de terapia associada à arte ajudam o jovem a desenvolver capacidades e comportamentos pró-sociais.

Alguns terapeutas sugerem que associar a arte a CBT, ajuda o jovem a exteriorizar o problema e por isso, este irá conseguir ter uma maior perceção sobre o mesmo e deste modo irá ser-lhe mais fácil lidar com ele e fá-lo-á sentir mais seguro durante o processo (Rosal, 2018). Exteriorizar o seu problema, para um desenho ou qualquer outro tipo de arte, vai ajudar o jovem a ser mais crítico e a tentar encontrar melhores formas de resolve-lo. Depois desta exteriorização o terapeuta pode debater com o jovem, quais as melhores formas de combater o problema e dá-lhe dicas que o podem ajudar a encontrar soluções viáveis para o seu dilema (Rosal, 2018). Simultaneamente, este tipo de terapia ajuda a que o jovem se vá sentido mais no

controle dos seus problemas e mais empoderado, o que é necessário para o seu amadurecimento enquanto indivíduo (Rosal, 2018).

Outro modelo que se encaixa bem nos programas baseados na arte é o Positive Youth Development (PYD). Este modelo, trata-se de um modelo que ao invés de ver os jovens como algo quebrado que precisa de ser arranjado, foca-se nos pontos fortes destes para os ajudar a desenvolver a partir desses de uma forma saudável (Development Services Group, Inc., 2014).

Programas deste tipo adaptam-se aos pontos fortes dos jovens e oferecem-lhes oportunidades de se envolverem de forma pró-social em projetos, de aumentar e enfatizar as suas capacidades e de desenvolver relações positivas e saudáveis (Rapp-Paglicci, Stewart e Rowe, 2008).

Programas baseados na arte podem incorporar este modelo ao encorajarem o desenvolvimento de relações pró-sociais com adultos (ex.: com as pessoas que fazem parte do staff do programa), educando os jovens sobre as artes e a alimentando-lhes a criatividade e oferecendo-lhes um local seguro e sem qualquer tipo de julgamentos (Maschi et al., 2013).

De acordo com Klorer (2011), alguns modelos neuropsicológicos afirma que as memórias traumáticas estão armazenadas numa parte do cérebro que é não-verbal, o que significa que os jovens podem apresentar dificuldades quando tentam verbalizá-las; Estes modelos sugerem ainda que o uso de artes expressivas, como é o caso das artes terapêuticas, podem ser mais eficazes do que terapias que se foquem exclusivamente no uso verbal para os tratamentos.

As artes ajudam os jovens a ultrapassar fases de desenvolvimento da sua vida, dando-lhes a oportunidade de adquirir várias competências que colaboram no seu desenvolvimento cognitivo, social e pessoal (Hughes, 2005). Podem, por exemplo, fazer com que o adolescente expresse os seus pensamentos e sentimentos de formas que não seriam possíveis para estes caso não usassem métodos criativos (van Westrhenen e Fritz, 2014).

iii) Benefícios da Terapia das artes em jovens em risco

Um dos aspetos mais comuns quando se trabalha com jovens em risco é a falta de auto-estima. Franklin (1992), afirma que a auto-estima é uma das coisas mais importantes no que toca a confiar nas suas habilidades e tem grande impacto no auto-conceito de cada um. É indispensável que o terapeuta ajude o jovem a solidificar as suas qualidades pessoais e as suas habilidades.

Providenciar um local que permita a estes jovens sentirem-se seguros e confortáveis enquanto contam a sua história é outro dos objetivos da aplicação deste programa (Franklin, 1992).

Empoderamento e assertividade são capacidades que são desenvolvidas durante o processo criativo. A arte promove um espaço seguro para que estes jovens possam desafiar as suas ideias e pensamentos mais antigos e substituí-los com ideias mais maduras e melhoradas.

Prescott et al. (2008), estudaram a conexão existente entre a resiliência e a criatividade. A criatividade e todo o processo criação pode ser considerado um refúgio para lidar com o stress, a dor e todas as suas más experiências. Prescott et al. (2008), afirmam que pessoas mais criativas geralmente tem melhores capacidades de lidar com os seus problemas e simultaneamente apresentam mais recursos pessoais tais como auto-controlo, flexibilidade e abertura a novas experiências.

A consciencialização também é um fator importante que deve ser trabalho com estes jovens e do qual eles podem beneficiar bastante ao longo das suas vidas. Esta ajuda a expandir as suas capacidades a níveis formais e informais de possíveis intervenções. Consciencializar os jovens de que estes devem prestar atenção aos seus comportamentos e ao meio que os rodeia, ao invés de viverem em auto-piloto. A consciencialização permite-lhes aprender estratégias de observação de comportamentos, descrever e compreender as suas próprias emoções e e participar em atividades que promovam o bem-estar (Greason e Welfare, 2013). A introdução de conceitos de interesse e empatia ajudam a reforçar a ideia de que estas abordagens são feitas num ambiente seguro onde não se julga ninguém.

Os benefícios para os jovens em risco são claros. Ao usufruir deste tipo de programas é possível para estes jovens, desenvolver uma panóplia de aptidões, interesses e ao mesmo tempo aumentar a sua auto-estima, o seu conceito de perseverança e resiliência. Tudo isto irá ter um grande impacto no futuro que os espera.

iv) Relação entre estes programas e a prevenção da criminalidade

Este tipo de programas já tem vindo a ser aplicado em locais como o Reino Unido e os Estados Unidos da América há cerca de 30 anos.

De acordo com Hughes (2005) e Holtum e Drey (2019), alguns estudos já demonstraram que a arte funciona de certa forma como um catalisador no que toca à prevenção e redução dos comportamentos anti-normativos e disruptivos.

Os participantes do programa Arts Award reportaram no fim do programa um aumento da sua auto-confiança relacionando-a com a participação no programa. Estes mesmos participantes ainda fizeram entender que à medida que o programa decorria estes conseguiam notar diferenças significativas que os ajudou noutros aspetos das suas vidas e simultaneamente demonstrou-lhes que criar/fazer arte teve um impacto na redução dos seus comportamentos anti-normativos (Davey, 2021).

De acordo com Davey (2021), os participantes também referiram que a arte é uma disciplina muito mais acessível para os jovens e por isso, através dos processos criativos estes jovens tem tendência a não enveredar pela delinquência, uma vez que encontram algo que lhes permite dar uso aos seus tempos livres, criatividade e por isto encontram algo que lhes dá motivação.

Todos os participantes deste que devido à arte conseguiram sentir-se mais aceites pelos outros e devido a isso utilizaram-na como forma de comunicação e expressão o que os levou a reduzir os seus comportamentos disruptivos (Davey, 2021). Davey (2021) concluiu que os jovens, quando confrontados com o seu potencial tem mais tendência a tentar ser um exemplo para os outros do que a praticar atividades anti-normativas.

----- PARTE II -----

Capítulo III - Estudo Empírico

3.1 - Introdução

Programas baseados na arte ou terapias artísticas tem uma forma única de ajudar jovens, sendo que como acima mencionada as terapias artísticas focam-se mais nas relações terapêuticas e os programas baseados na arte focam-se mais nos processos criativos e de interpretação da arte (Djurichkovic, 2011).

De acordo com a literatura, este tipo de programas tem a capacidade alterar a perspectiva que estes jovens tem sobre eles e sobre o seu futuro como também tem a capacidade de fazer com que estes consigam aumentar os seus resultados académicos e diminuam os comportamentos de risco para a delinquência juvenil. Por isto mesmo, quanto mais cedo se aplicar a prevenção, maiores são as probabilidades de que os fatores de risco não se traduzam em comportamentos de risco que levam à delinquência juvenil, é importante trabalhar nestes planos para que se possa evitar que esses comportamentos sejam persistentes durante a vida do indivíduo (Hughes, 2005).

O maior objetivo deste programa é a redução de fatores de risco e o aumento dos fatores de proteção destes jovens para que estes não enveredem por um futuro de delinquência e possam desenvolver competências sociais. Utilizarei o método qualitativo uma vez que este de acordo com Quivy e Campenhoudt (1998) é mais intensivo e descritivo e por isso há uma necessidade de fazer uma análise mais complexa que não pode ser qualificável.

Para que este programa pudesse ser efetivamente implementado há sempre uma necessidade de que este cumpra todos os princípios éticos e deontológicos, tendo por isso, de passar pela Comissão de Ética da Universidade para que esta desse o seu parecer e ratificasse o programa. Com isto refiro-me ao consentimento informado, à participação anónima e voluntária. Os dados pessoais serão exclusivamente utilizados para a realização deste programa. Todos estes princípios tem como objetivo a proteção dos participantes e a sua identidade.

3.2 - Local da implementação do programa

Uma vez que a escola é considerado um espaço privilegiado para a prevenção, por ser considerado um dos principais agentes de socialização e aprendizagem, (Borsa, 2007) este seria o local escolhido para a implementação deste programa (Borsa, 2007).

Borsa (2007) afirma que em certos estudos relativos ao desenvolvimento infantil foi possível extrair dados que demonstram que a escola tem um papel fundamental no que toca à promoção do conhecimento social, no desenvolvimento de comportamentos sociais e na perceção que os jovens irão ter sobre o mundo. Por este motivo, o local de implementação do programa escolhido será a escola.

A escola escolhida seria uma escola secundária do Porto, que se encontrasse localizada numa zona de mais risco. Seria ainda solicitado à escola que disponibiliza-se um local nas suas instalações para poder proceder à implementação do programa. Para ser determinar os dias e os horários da aplicação do programa iria ser necessário uma reunião com o diretor do estabelecimento de ensino e com os diretores de turma, para se perceber em que horário a implementação do processo não iria coincidir com o horário da população alvo.

3.3 - Equipa

Este programa iria ser implementado por uma equipa multidisciplinar, pois estás apresentam-se como equipas promissoras uma vez que têm a avaliação de técnicos especializados em diferentes áreas. Ponto isto, a equipa seria constituída por um Criminólogo, que coordenaria e aplicaria o programa de prevenção; O objetivo deste seria a redução dos fatores de risco e a promoção de fatores de proteção, sempre tendo em vista o objetivo de oferecer aos jovens competências sociais e pessoais para que este esteja preparado para assumir comportamentos mais positivos. Iria contar também com a participação do psicólogo escolar, uma vez que este tem mais conhecimento sobre a realidade da escola e de quais são os problemas mais proeminentes nesta e conseqüentemente quais são as limitações inerentes. Além dos já referidos na equipa seria integrado também um técnico de educação social e 2 professores da turma, uma

vez que estes tem mais conhecimento de quem são os alunos que geralmente se enquadram no perfil adequado para o programa.

3.4 - População alvo

Este programa destina-se a jovens entre os 13 e os 16 anos de idade, que frequente o ensino secundário.

A escolha desta população alvo deve-se sobretudo ao facto do pico da delinquência juvenil rondar os 17 anos de idade (Benavente, 2002) - como é mencionado por vários autores sempre no contexto da delinquência juvenil - e em simultâneo deve-se também ao facto de corresponder ao período de adolescência.

Como já referido acima o período da adolescência é complicado para muitos dos jovens, pela necessidade de se integrarem e também porque é um período de bastante mudança tanto a nível externo como interno. Por isto, é uma idade adequada para se aprender formas de exteriorizar os problemas e lidar com eles de maneiras saudáveis (Herrero, 2007).

3.4.1- Caracterização da população alvo.

A população alvo seria caracterizada após o preenchimento dos questionários socio demográficos (Anexo E), que iriam avaliar sobretudo a idade, sexo, nacionalidade. Estima-se que o número de alunos seja próximo dos 30, visto que geralmente é o número de alunos existente numa turma.

3.5 - Avaliação de necessidades

Para que pudesse fazer a avaliação das necessidades, seria necessário apresentar um pedido de autorização à Direção Regional de Educação do Norte (Anexo A), a Direção do Estabelecimento de Ensino em questão (Anexo B) e teria também de fazer um pedido de autorização da participação dos alunos, aos seus Encarregados de Educação (Anexo C) e autorização dos alunos (Anexo D) e como já acima mencionado à Comissão de Ética da Universidade.

Os pedidos de autorização de participação serão entregues aos alunos em formato de físico, ou seja, em papel. Os alunos deverão trazer toda a documentação devidamente assinada no prazo de uma semana e entregar a um professor responsável que irá fazer com que esses mesmos documentos cheguem ao coordenador do programa.

Após a obtenção do consentimento informado por parte dos encarregados de educação e do assentimento dos jovens participantes, seria aplicado um questionário sociodemográfico aos jovens (Anexo E). O objetivo deste questionário é poder prosseguir com uma avaliação de necessidades eficaz para que seja possível adequar o programa às necessidades dos participantes. A participação dos jovens é de caráter opcional.

Os questionários serão apenas aplicados a quem tiver as autorizações devidamente assinadas e serão aplicados numa data a combinar com um docente da instituição e os alunos. Estes questionários serão feitos chegar aos alunos em formato de papel, durante uma aula ou num período a combinar com os professores e os participantes.

3.5 - Planificação da Intervenção

a) Objetivo Geral

O objetivo geral deste programa é prevenir os comportamentos anti-sociais e de risco através da promoção de fatores de proteção e comportamentos sociais, utilizando a arte como recurso para alcançar esse mesmo objetivo.

b) Objetivos Específicos

- 1) Promover de comportamentos pró-sociais;
- 2) Promover competências sociais e pessoais;
- 3) Aumentar da auto-estima e resiliência nos jovens;
- 4) Desenvolver capacidade resolução de conflitos;
- 5) Desenvolver relações positivas com figuras adultas e com o grupo de pares;

- 6) Promover de uma atitude mais positiva face ao seu futuro;
- 7) Promover o auto-conhecimento;

c) Atividades e Recursos

Este programa terá uma duração de 12 semanas, sendo que cada haverá 1 sessão semanal com cerca de 40 minutos de duração, caso seja necessário a duração da sessão pode ser extendida ou reduzida. Respeitando sempre o período de interrupção escolar e as avaliações dos alunos.

Buchalter (2017) diz no seu livro que sempre que alguém vai experienciar terapia é normal que se sinta ansioso ou inseguro. Menciona que esta insegurança pode dever-se ao medo de não saber o que vão pensar dele, e que é por isso necessário que cada sessão deve ser iniciada com um momento de introdução à temática relativa a esta. Deste modo, o jovem poderá familiarizar-se com o tema e sentir-se mais à vontade.

O que se pretende com este programa é que o jovem se vá sentindo gradualmente mais confortável com o grupo e com a equipa, para que este consiga desfrutar ao máximo dos benefícios que o programa tem para lhe oferecer.

1. Primeira sessão: Introdução ao Programa.

Esta será a primeira interação entre os participantes e a equipa. Esta sessão irá ser iniciada com um breve momento de introdução do programa e conhecimento de ambas as partes. Nesta introdução serão apresentados os horários do programa, o número de sessões e algumas das atividades que irão decorrer ao longo deste.

O objetivo desta sessão é apresentar o programa “Tiny Moving Parts” aos participantes. Durante esta sessão serão discutidas as motivações dos participantes e quais as suas expectativas para o programa.

Como pequeno quebra gelo, entre a equipa e os participantes irá ser pedido aos jovens que num papel escrevam o nome de uma música que para eles tenha uma mensagem positiva e assinem com o seu nome. O papel será colocado dentro de um

saquinho, depois de todos terem colocado, será pedido aleatoriamente aos participante que retirem um papel. Quando retirarem o papel, é pedido à pessoa que colocou o nome da música para explicar o porquê desta ser importante para ele e quais são as lições que retira daquela música. Em seguida, deve ouvir-se o refrão da música e os jovens devem tentar canta-la em conjunto. O objetivo deste exercício é não só dar a conhecer os gostos dos jovens mas também fazer com que estes interajam entre si, criando relações positivas e afinidade.

Para esta sessão irão ser necessárias- folhas, lápis de carvão/caneta e um aparelho que dê para colocar música.

Duração da sessão: 40 minutos.

2. Segunda Sessão “Dinâmica de Conhecimento”

Esta sessão tem como objetivos promover desenvolvimento de relações positivas com os grupos de pares e a promover o desenvolvimento de competências sociais.

No início da sessão o coordenador irá explicar aos jovens quais os objetivos da sessão e estes irão demonstrar quais são as suas expectativas relativas à temática desta sessão e ao trabalho em grupo.

O exercício desta sessão irá consistir na formação de uma teia de aranha (Criado com apego, 2021). Neste exercício será utilizado um novelo de lã que deverá passar por cada participante. Ou seja, o jovem que tiver o novelo deve dizer o seu nome e algo que gostem de fazer, e deve segurar numa ponta do fio e em seguida deverá passar o novelo a outro participante que repetirá o exercício, o novelo deverá passar por todos. No fim, o novelo estará entrelaçado, numa espécie de teia. No fim de todos os exercícios, os participantes irão responder a um questionário de reflexão ao exercício (Anexo F).

No fim deste exercício, os jovens devem se instruídos a sentar-se numa meia lua para que se possa realizar um outro exercício. Este segundo exercício consiste em elogiar o colega do lado. Isto é, da direita para a esquerda, o jovem deve virar-se para o colega do lado e dizer algo que gosta no colega, isto deve repetir-se até chegar à pessoa

que iniciou o exercício e depois deve ser novamente realizado da esquerda para a direita. Este exercício tem como objetivo fortalecer as relações interpessoais mas também colabora para o aumento da auto-estima.

Para este exercício será necessário um novelo de lã.

Duração da sessão: 40 minutos.

3. Terceira sessão “Quem sou eu?”

Esta sessão tem como objetivos promover as competências sociais e pessoais promover a auto-estima e facilitar a expressão individual e fazer com que o jovem perceba o quão importante é a sua presença neste grupo enquanto ser único e individual, que apresenta características que lhe são únicas.

Para introduzir a sessão o coordenador irá explicar aos jovens quais os objetivos desta e conversar com os mesmos sobre as suas expectativas para a sessão.

Antes do início da atividade o coordenador da sessão irá pedir ao grupo que se sentem em forma de meia lua, após cada jovem ter o seu lugar o coordenador deverá incentivar os jovens relativamente ao respeito pelo próximo, motivando-os a sentirem-se à vontade para partilharem com o grupo, uma vez que o local onde se encontram é seguro para todos. Neste momento o coordenador pode optar por ler um texto ou passar uma música que reflita exatamente esses sentimentos de segurança, confidencialidade e partilha. Após tudo isto, dar-se-á início ao exercício da sessão.

Para a realização deste exercício será necessário uma espécie de bolsa com um espelho dentro, ninguém deverá ver o que a bolsa contém lá dentro (isto é, o espelho). O coordenador deve informar os jovens das instruções para a realização deste exercício, ou seja, o jovem deverá, quando chamado o seu nome, levantar-se e dirigir-se ao centro da meia lua, deve pegar na bolsa e abri-la e refletir um pouco sobre o que viu; após refletir deve dizer ao grupo o que viu, tendo liberdade de expressão. O coordenador pode iniciar o exercício para demonstrar aos jovens como se deve executar o exercício e simultaneamente fazê-los sentirem-se mais confiantes quando chegar a sua vez. Em

seguida, cada jovem deve seguir o exemplo do coordenador. Todos os jovens devem realizar o exercício.

No fim do exercício deverão responder ao questionário de reflexão sobre o mesmo (Anexo G).

Duração da sessão: 40 minutos.

4. Quarta sessão “Relaxamento e Meditação”

Para esta sessão os objetivos propostos são promover competências pessoais, aumentar a auto-estima e a resiliência nos jovens.

O dia a dia pode provocar stress, ansiedade, frustrações e inseguranças. É aí que as técnicas de meditação e relaxamento podem desempenhar uma função importante. Estas técnicas ajudar com a concentração, autoconsciência entre muitos outros que ajudam os jovens a desenvolverem-se melhor (Buchalter, 2017).

Para esta sessão irão ser necessários colchões e um aparelho para colocar música.

Para introduzir a sessão o coordenador irá explicar aos jovens quais os objetivos desta, como funcionam as técnicas de meditação e relaxamento e quais os seus benefícios e conversar com os mesmos sobre as suas expectativas para a sessão, isto dever ter uma duração de aproximadamente 10-15 minutos.

O exercício desta sessão consiste no jovem deitar-se ou sentar-se numa posição que seja confortável para este, devem estar o mais relaxados possíveis. Assim que todos se encontrem prontos o coordenador irá dar as instruções para o relaxamento. No final do exercício os jovens devem responder ao questionário de reflexão da atividade (Anexo H).

Duração da sessão: 40 minutos.

5. Quinta sessão “Comunicação não verbal”

Esta sessão tem como principais objetivos promover competências sociais e pessoais, promover o desenvolvimento de relações positivas com os elementos do grupo.

Para introduzir a sessão o coordenador irá explicar aos jovens quais os objetivos desta e conversar com os mesmos sobre as suas expectativas para a sessão, isto dever ter uma duração de aproximadamente 10 minutos.

Para esta sessão irão ser necessárias vendas para tapar os olhos e um aparelho para colocar música. Nesta sessão é pedido a todos que formem um círculo, de seguida cada participante deve escolher um som, pode ser feito com a boca, mãos, pés - importante referir que nenhum dos sons pode ser igual. Depois de cada jovem escolher o seu som, o coordenador irá pedir que da direita para a esquerda, um a um, reproduzam o seu som. Posterior a isto, o coordenador da sessão irá colocar uma música de fundo e será pedido a cada jovem que coloque a venda e que caminhe pela sala. Quando a música parar eles devem regressar ao círculo pela ordem em que se encontravam anteriormente através da localização do som do colega que estava ao seu lado. Este exercício é realizado sem a ajuda verbal ou visual.

Após o termino do exercício os jovens devem sentar-se em meia lua e debater sobre o que acham ser os benefícios da comunicação não verbal. No fim, o coordenador deverá explicar que a comunicação não-verbal tem benefícios como o despertar da consciência corporal e que tem um grande impacto na vida da pessoa face à sociedade (Sousa, 2010). O coordenador deve explicar ao jovem que a comunicação não verbal tem um grande impacto no desenvolvimento de relações saudáveis com a família e amigos, além disso, tem um papel importante no desenvolvimentos das emoções e no reconhecimento pessoal do jovem (Sousa, 2010).

No fim do exercício os jovens devem responder ao questionário de reflexão (Anexo I).

Duração da sessão: 40 minutos.

6. Sexta Sessão “ Talismã”

O objetivo desta sessão é promover as competências pessoais, nomeadamente a autonomia.

Nesta sessão irão ser necessárias folhas, lápis, cordas, linhas, feltro, cola branca, cola líquida. O exercício desta sessão vai ser um pouco diferente dos restantes, uma vez que este consiste na criação de um amuleto ou de um talismã. O amuleto geralmente serve para proteger ou para dar a sensação de proteção, o talismã é não só para proteção mas também para boa sorte. O que se pretende com este exercício é que os jovens consigam desenvolver a sua autonomia, ao criarem algo que é exclusivamente criação sua.

Neste exercício trabalha-se a autonomia pois o jovem tem total controlo de como irá fazer o seu próprio talismã, não há regras, nem formas erradas de o fazer.

No fim do exercício os jovens devem responder ao questionário de reflexão sobre a atividade (Anexo J).

Duração da sessão: 40 minutos.

7. Sétima sessão “Auto-conhecimento”

Esta sessão tem como principal objetivo promover o auto-conhecimento.

Para esta atividade serão necessárias folhas, cartolina e marcador.

Como em todas as sessões, esta será iniciada com um pequeno debate sobre os objetivos da sessão e quais as expectativas dos jovens para esta.

A atividade proposta para esta sessão é uma atividade de atribuição de adjetivos, isto é, numa cartolina serão escritas palavras como “pai”, “mãe”, “melhor amigo”, “colega”, etc. A seguir vai ser pedido a cada jovem individualmente que diga como cada uma das pessoas mencionadas - na cartolina - o descreveria. Caso algum dos jovens não se sinta à vontade em dizê-lo deve escrever num papel, e guardar esse papel para si. No final da sessão o coordenador irá falar um pouco individualmente com cada jovem sobre

o que eles acharam da sessão e como é que esta teve impacto em si ou na sua forma de pensar.

No fim do exercício cada participante deve responder ao questionário de reflexão do exercício (Anexo K).

Duração da sessão: 40 minutos.

8. Oitava sessão “Resolução de Problemas”

Esta sessão tem como principais objetivos promover o desenvolvimento de relações positivas com o grupo de pares, nomeadamente o espírito de equipa, a comunicação de forma eficaz e promover a coesão de grupo.

No início da sessão será explicado aos jovens qual é o objetivo da sessão, o porquê desta ser pertinente e ser-lhes-á perguntado quais as suas expectativas.

Nesta sessão irá ser entregue a cada participante um papel com uma situação-problema que eles devem solucionar. A situação será *“Tens um negócio bastante rentável. Precisas de um funcionário em quem possas confiar, uma vez que este irá passar a lidar com bastante dinheiro. Colocas um anúncio no jornal e recibes algumas candidaturas. Quem escolhes? Porquê?”*, e as opções seria *“a) Um jovem, de 20 anos, que aparenta ter um ar descuidado, mas que diz que tem experiência neste trabalho; b) Uma mulher de 60 anos, com uma aparência bem cuidada, mas que fala pelos cotovelos e conta toda a sua vida; c) Uma mulher com cerca de 30 anos, que tem uma postura adequada mas não tem qualquer tipo de experiência neste tipo de trabalho?”*. O grupo será dividido em grupos mais pequenas e cada grupo deve chegar a uma conclusão em conjunto e terá de explicar o porque de ter tomado a decisão que tomou.

No fim do exercício, o coordenador deve debater com os jovens o que estes acharam da sessão e quais as lições que podem tirar dela.

No fim do exercício cada um deve responder ao questionário de reflexão sobre o exercício (Anexo L).

Duração da sessão: 40 minutos.

9. Nona e Décima sessão “Mural”

Estas duas sessões têm como objetivos promover as competências pessoais, nomeadamente a cidadania e promover os comportamentos pró-sociais.

Estas duas sessões serão feitas em prol da comunidade da estudantil do estabelecimento escolar. Estas irão ser uma forma de estimular os jovens a desenvolver o seu espírito de solidariedade e responsabilidade. A escolha desta atividade devesse ao facto de ser importante que os jovens gostem do local onde estudam e por isso achei pertinente organizar uma atividade que pudesse contribuir para isso. Para esta atividade serão necessárias tintas acrílicas, lápis, pincéis e plásticos para isolar o chão.

A atividade em si irá consistir na pintura de um mural, numa das paredes da escola. O desenho do mural, irá ser feito em conjunto com um professor de artes, nenhum dos alunos precisa de ser dotado de um talento nato para o desenho, porém todos devem contribuir com ideias para que este exercício possa ter um melhor resultado.

Na nona sessão ir-se-á desenhar o mural numa folha de papel, todos os participantes, juntamente com um professor de desenho, devem contribuir um pouco para o resultado final e as ideias de todos devem ser incluídas. Após a decisão do projeto final, os jovens, juntamente com os coordenadores da sessão deverão pintar a parede de branco e deixar secar.

Na décima sessão, será pintado o mural na parede e ver-se-á o resultado da coesão do grupo e o sentido de responsabilidade face à comunidade estudantil da sua escola.

Por ser um trabalho que exige mais tempo ambas as sessões terão duração de cerca de 90 minutos (cada).

10. Décima Primeira Sessão “Dramatização”

Esta sessão tem como objetivos promover as regras de socialização e promover as competências sociais.

No início da sessão o coordenador irá expor a importância de se cumprimentar as pessoas, sejam elas amigas, família, colegas de trabalho, etc. O coordenador da sessão entra num diálogo com os jovens, onde estes irão explicar como é que geralmente cumprimentam as pessoas nos diferentes contextos. Nesta atividade o coordenador da sessão irá dividir o grupo em grupos de 2 pessoas. A cada grupo será atribuída uma situação onde terão de se cumprimentar, será dado a todos um tempo para ensaiarem e depois de fazerem a dramatização da pequena encenação. Após as dramatizações, será comentado por todos se o cumprimento foi feito da maneira correta ou não, caso não tenha sido, quais foram os erros e o porquê de estar errado ou certo. Para esta atividade serão utilizados cartões onde irão estar escritas as situações.

No fim da atividade estes irão responder a um questionário de reflexão sobre a atividade (Anexo M).

Duração da sessão:40 minutos

11. Décima Segunda Sessão “Até já!”

Esta será a última sessão e como tal nesta deve ser feita uma reflexão de todas as sessões. Os jovens devem debater quais foram as sessões que mais gostaram, se voltavam a repetir e podem falar de outros assuntos que queiram partilhar com o coordenador e com os colegas do programa.

Nesta sessão serão realizado o questionário de avaliação final do programa, por parte dos participantes (Anexo Q).

Duração da sessão:30-35 minutos.

d) Avaliação

Este programa irá ser avaliado pela equipa multidisciplinar. Esta equipa irá ao longo do programa, reunir-se e fazer relatórios todas as semanas, onde irá debater quais os pontos negativos, positivos, possíveis lacunas ou limitações do programa sobretudo porque este é um programa que nunca antes foi aplicado. Estes relatórios irão ser parte da avaliação do programa, uma vez que irão reportar todas as atividades realizadas, a análise referente aos questionários aplicados durante as sessões. Tudo isto para que no fim seja possível compactar todos os dados e analisá-los comparativamente.

A nível da avaliação, o criminólogo estará sempre presente, ou seja, fará observação participante e acompanhará todo o percurso dos participantes na integração do programa.

No final o programa será avaliado pelos participantes, isto é, ser-lhe-á pedido a que preencham uma ficha de avaliação relativa ao programa (Anexo Q).

No fim do programa deverá ser redigido um relatório relativo à avaliação final que será entregue à Direção do Estabelecimento de Ensino.

Para uma avaliação mais pertinente deverá haver um follow-up. Sugiro então que se faça uma nova avaliação de 3 em 3 meses após o término do programa até que complete um total de 2 anos. Estas avaliações consistirão em entrevistas aos participantes de 3 em 3 meses, feitas pelo psicólogo escolar e acompanhadas pelo criminólogo coordenador do programa.

e) Resultados Expectáveis

Uma vez que não me foi possível colocar o programa em prática só posso dizer o que espero obter com este programa de prevenção.

Serão feitas avaliações periódicas aos participantes do programa para poder saber a efetividade deste a longo prazo. Caso se venha a notar lacunas, estas devem ser atempadamente alteradas para que se possa retificá-las de modo a que o programa tenha uma melhor eficácia.

Deste programa espero que não existam desistências, pois os jovens irão beneficiar dos resultados dele, por isso ao longo programa irá ser continuamente dada a motivação necessária para que estes não desistam, através de entrevistas motivacionais, feitas pelo psicólogo da escola.

A maior expectativa deste programa é que ao promover os comportamentos pró-sociais, as competências sociais e pessoais, ao aumentar a auto-estima dos jovens, ao oferecer-lhes este tipo de ferramentas que seja possível para estes reduzir os seus fatores de risco dinâmicos, tais como os fatores de risco individuais.

Espero também que através deste programa os jovens consigam alterar algumas das suas dificuldades e que consigam desenvolver capacidades tais como a comunicação, resolução de problemas e simultaneamente desenvolvam um melhor auto conceito, se sintam empoderados. Espera-se ainda que estes aprenda a desenvolver relações positivas e que tenham uma atitude mais positiva face ao seu futuro.

Uma das grandes expectativas é que estes jovens se tornem resilientes e que consigam transformar estas aprendizagens em algo que os protegerá da entrada no mundo da delinquência juvenil.

Reflexão Final

A realização deste projeto foi um desafio muito grande, sobretudo neste ano tão atípico. Porém, enfrentei este desafio com vontade e tornou-se num projeto que me trouxe uma experiência muito gratificante a nível pessoal, não só porque consegui superar este desafio como também porque o tema deste projeto é-me muito querido.

Deparei-me pela primeira vez com as dificuldades de desenvolver um programa de prevenção. Desde o pedido de autorizações, à definição da população alvo, objetivos, atividades, organização das mesmas. Em geral, o desenvolvimento do programa de prevenção foi a parte que a meu ver foi mais exigente e que requer mais tempo.

Esta escolha de temática foi em muito influenciada pelas minhas próprias vivências e experiências pessoais e principalmente porque enquanto futura criminóloga sinto que a prevenção deve ser feita precocemente para evitar que os jovens e quem os rodeia de sofrer. A meu ver o programa que desenvolvi é uma forma dos jovens de agora, serem adultos que futuramente irão usufruir de todas as aprendizagens que levam deste programa. Além disso, este tipo de programas já é implementado em vários estados dos Estados Unidos da América e no Reino Unido e tem demonstrado melhorias significativas nos jovens (Hughes, 2005).

Este tema permitiu-me alargar os meus horizontes no que toca à delinquência juvenil, aos elementos chave para uma intervenção eficaz e ao impacto que a arte pode ter no futuro dos mesmos. Pode concluir que através das artes, por serem um processo maioritariamente interativo, os jovens tem a oportunidade de criar relações positivas com adultos que os podem encorajar a participar e refletir sobre os seus problemas (Vice, 2012). Não só, os jovens tem também a oportunidade de compreender as suas capacidades e de realmente verem diferenças, sendo que por isso a arte irá ser um contributo para o seu processo de “cura” (Vice, 2012).

Apesar de tudo reconheço que existem limitações, sendo elas o facto de não ter colocado em prática o programa, devido à falta de tempo e de recursos, e a meu ver o facto de como ainda não há muita implementação desses estudos em Portugal existiria algumas entraves que teriam de ser resolvidas. Contudo, acho que trazer estas temáticas para o nosso país podem realmente trazer vantagens para as nossas crianças e jovens e conseqüentemente para o sistema judicial juvenil, sendo por isso um tema que irei continuar a estudar mesmo quando terminar a licenciatura.

Os jovens são o nosso futuro, por isso devemos lutar por eles e pelos seus direitos, tornado o presente melhor para que o seu futuro também o possa ser.

Referências

- Adler, R.; Edwards, K.; Scally, M.; Gill, D.; Puniskis, J.; Gekoski, A. e Horvath, M. (2016). *What Works in Managing Young People who Offend? A Summary of the International Evidence*.
- Aglio, D. (2010). *Delinquência Juvenil: Uma Revisão Teórica*.
- Agra, C., e Matos, A. (1997). *Trajetórias Desviantes*. Lisboa, GPCCD: Ministério da Justiça.
- Azevedo, T. (2013). *Institucionalização e Lei Tutelar Educativa: As representações de jovens, profissionais e direção de um Centro Educativo*.
- Benavente, R. (2002). *Delinquência Juvenil: Da Disfunção Social à Psicopatologia, Análise Psicológica*, v.20, n 4, pp. 637- 645.
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Borsa, J. (2007). *O papel da escola no processo de socialização infantil*. Rio Grande do Sul, Brasil.
- Bradshaw, W., e Roseborough, D. (2005). *Restorative justice dialogue: The impact of mediation and conferencing on juvenile recidivism*.
- Bronfenbrenner, Urie (1994). *International Encyclopedia of Education Vol 3, 2nd Ed*. Oxford: Elsevier.
- Buchalter, S. (2017). *250 Brief, Creative & Practical Art Therapy Techniques*. WI. PESI Publishing & Media.
- Carvalho, I. (2004). *Os nós e as teias: Olhares de autoridade na adolescência: Jovens institucionalizados em centros educativos e Jovens não institucionalizados*. Tese de Mestrado. Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Carvalho, J. (2005). *Jovens, espaços, trajetórias e delinquências*. Sociologia, Problemas e Práticas.
- Carvalho, M. (2003). *Entre as Malhas do desvio. Jovens, Espaços, Trajetórias e Delinquências*. Oeiras: Celta Editora.
- Castro, M. (2015). *Educar para o Direito em Centro Educativo E Transição para a Vida em Sociedade*. Dissertação de Mestrado.
- Catterall, S., Dumais S., e Hampden-Thompson G. (2012). *The Arts and Achievement in At-Risk Youth: Findings from Four Longitudinal Studies*. Washington, D.C.: National Endowment for the Arts.
- Chitas, V. (2010). *Consumo de drogas e outros comportamentos de risco na adolescência: fatores de risco e fatores de proteção*. Tese de Doutoramento em Psicologia, Porto, Portugal.

Clawson, J., e Coolbaugh K. (2001). The YouthARTS Development Project. Washington, D.C.: U.S. Department of Justice, Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.

Criado Com Apego. [Em linha]. Disponível em < <https://www.criadocomapego.com/dinamica-teia-de-aranha-um-jogo-cooperativo-para-criancas-de-6-anos/> >. [Consultado em 16/07/2021]

Debarbieux, E. e Blaya, C. (2002). Violência nas escolas e políticas públicas. Brasília, Unesco.

Devay, S. (2021). Art Therapy: Emotional Expression or educative success model?. [Em linha]. Disponível em < <https://www.youthandpolicy.org/articles/art-therapy-emotional-expression-or-educative-success-model/> >[Consultado em 07-07-2021].

Development Services Group, Inc. (2014). “Positive Youth Development.” Literature review. Washington, D.C.: Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.

Development Services Group, Inc. (2014). “Positive Youth Development.” Literature review. Washington, D.C.: Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.

Dias, J. (2017). A perpetração dos comportamentos antissociais em jovens caboverdianos: um estudo preditivo.

Djurichkovic, A. (2011). ‘Arts in Prisons’: A Literature Review of the Philosophies and Impacts of Visual Arts Programs for Correctional Populations.

Ezell, M., e Levy M. (2003). “An Evaluation of an Arts Program for Incarcerated Juvenile Offenders.”.

Farrington, D. (2008). Prevenção da delinquência e do comportamento antisocial. In Matos, A.; Vieira, C.; Nogueira, S.; Boavida, J. e Alcorado, L. (Ed.). A Maldade Humana: Fatalidade ou Educação. Coimbra: Almedina. 337-358.

Farrington, P. (1987). Handbook of juvenile delinquency. New York: John Wiley & Sons.

Farrington, P. (2002). Development criminology and risk-focused prevention. In Miguire et alii. (Eds.). Oxford Handbook of Criminology (pp. 657-701). Oxford: Oxford University Press.

Feijó, C. e Assis, G. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidade de jovens infratores e de suas famílias.

Fergusson, D. e Horwood, L. (1996). The role of adolescent peer affiliations in the continuity between childhood behavioral adjustment and juvenile offending. Journal of Abnormal Child Psychology, vol.2, nº2, pp. 205-221.

- Ferreira, P. (1997). Delinquência Juvenil, família e escola, *Análise Social*, vol. XXXVII (143/4.º-5.º), pp. 913-924.
- Franklin, M. (1992). Art therapy and self-esteem. *Art Therapy: Journal of the American Art Therapy Association*, 22.
- Frechette, M. e LeBlanc, M. (1987). *Délinquances et délinquants*. Québec: Gaetan Morin.
- Greason, P., e Welfare, L. (2013). The impact of mindfulness and meditation practice on client perceptions of common therapeutic factors. *Journal of Humanistic Counseling*.
- Halse, A., Grant, J., Thornton, J., Indermaur, D., Stevens, G., e Chamarette, C. (2012). Intrafamilial adolescent sex offenders' response to psychological treatment. *Psychiatry, Psychology and Law*.
- Haynie, D. (2002). Friendship networks and delinquency: the relative nature of peer delinquency. *Journal of Quantitative Criminology* , 18, 99-134.
- Hein, A. (2004). Factores de riesgo y delincuencia juvenil: Revisión de la literatura nacional e internacional.
- Herrenkohl, I., Hawkins, D., Chung, I., Hill, G. e Battin-Pearson, S. (2001). School and Community Risk Factors and Interventions. In Loeber, Rolf e Farrington, David (Eds.). *Child Delinquents* (pp. 211-246). London: Sage Publications, Inc.
- Herrero, G. (2007). Perceived Neighborhood Social Disorder and Attitudes Toward Reporting Domestic Violence Against Women. *Journal of Interpersonal Violence*, 22(6), pp.737-752.
- Hoge, D., Vincent, M. e Guy, S. (2012). Prediction and Risk/Needs Assessments. In Loeber R. e Farrington, P. (Eds.). *From juvenile delinquency do adult crime: Criminal careers, justice policy and prevention* (pp. 150-183). Oxford: University.
- Holttum, S. e Drey, N. (2019). Primary-School-based art therapy: exploratory study of changes in children's social, emotional and mental health. *International Journal of Art Therapy*, 24(3), pp. 125-138.
- Hughes, J. (2005). *Doing the Arts Justice: A Review of Research Literature, Practice and Theory*.
- Hurrelmann, K. e Mags, J. (1998). Do substance use and delinquency have differential associations with adolescents peer relations? *International Journal of Behavioral Development* , 22, 367-388.
- Iaralha, L. (2015). Factores de risco subjacentes à delinquência juvenil. Projeto de
- Jackson, K. (2015). "Beyond Talk—Creative Arts Therapies in Social Work." *Social Work Today*.

Jewell, D., Malone, D., Rose, P., Sturgeon, D., e Owens, S. (2013). A multiyear followup study examining the effectiveness of a cognitive behavioral group therapy program on the recidivism of juveniles on probation. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*.

Jolliffe, D., e Farrington, D. (2008). *The influence of mentoring on re-offending*. Stockholm: The Swedish National Council for Crime Prevention.

Kim, J., e Gerber, J. (2012). The effectiveness of reintegrative shaming and restorative justice conferences: Focusing on juvenile offenders' perceptions in Australian reintegrative shaming experiments. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*.

Kliwer, W., Lepore, S., Farrell, A., Allison, K., Meyer, A., Sullivan, T., e Greene A. (2011). "A School-Based Expressive Writing Intervention for AtRisk Urban Adolescents' Aggressive Behavior and Emotional Lability." *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*.

Klorer, P. (2011). "Expressive Therapy with Severely Maltreated Children: Neuroscience Contributions." *Art Therapy: Journal of the American Art Therapy Association* 22.

Lei Tutelar Educativa, Lei Nº 4/2015 – 15 de Janeiro, Ministério da Justiça.

Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro - Diário da República n.º 204/1999, Série I-A de 1999-09-01.

Lipsey, M.W. (2009). The primary factors that characterize effective interventions with juvenile offenders: A meta-analytic overview.

Lipsey, W. (1999). Can intervention rehabilitate serious delinquents? *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*.

Loeber, R., Farrington, P., e Petechuck, D. (2003). *Child delinquency: Early intervention and prevention*. Child delinquency.

Lourenço, S. (2009). *Prevenindo Comportamentos de Risco: Um exemplo numa escola TEIP*.

Lundahl, B., e Burke, L. (2009). The Effectiveness and Applicability of Motivational Interviewing: A Practice-Friendly Review of Four Meta-Analyses. *Journal of Clinical Psychology*.

Manso, A. (2006). *Educação para o Direito: Representações sociais de jovens institucionalizados em Centro Educativo*. Tese de Mestrado. Universidade do Minho.

Marshall, F. Seeking the whole justice. In: Hayman, S. (Eds.) *Repairing the damage: restorative justice in action*. London: ISTD, 1997.

- Martinho, L. (2010). O Papel da Educação Parental no Comportamento Anti Social dos adolescentes. Tese de Mestrado. Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Maschi, T., Miller, J., Rowe, W., e Morgen, K. (2013). An Evaluation of a Cultural Arts Program for Youth in a Juvenile Justice Program. Washington, D.C.: National Endowment for the Arts.
- Matos, M., Negreiros, J., Simões, C. e Gaspar, T. (2009). Violência, Bullying e Delinquência. Gestão de Problemas de Saúde em Meio Escolar. Lisboa: Coisas de Ler.
- Menzer. (2015). The Arts in Early Childhood: Social and Emotional Benefits of Arts Participation. A Literature Review and Gap-Analysis (2000–2015). Washington, D.C.: National Endowment for the Arts.
- Moffitt, T. (1993) Adolescence-Limited and Life-Course-Persistent Antisocial Behavior: A Developmental Taxonomy.
- Mrazek, P. e Haggerty, R. (1994). Reducing Risks for Mental Disorders: Frontiers for Preventative Intervention Research. Washington, DC: National Academy Press.
- Murray, J. e Farrington, P. (2010). Risk factors for Conduct Disorder and Delinquency: Key Findings From Longitudinal Studies.
- Murray, J., e Farrington, D. (2010). “Risk Factors for Conduct Disorder and Delinquency: Key Findings from Longitudinal Studies.”.
- National Conference of State Legislatures. (2011). Delinquency Prevention & Intervention. Denver, CO. The forum for America’s Ideas.
- Negreiros, J. (2008). Delinquências Juvenis: Trajetórias, intervenções e prevenção. Lisboa: Notícias Editorial.
- Nunes, A. (2014). Delinquência Juvenil, Família e Internamento: as perceções de Jovens a cumprir medida tutelar em Centro Educativo.
- Nunes, L (2010). Análise Biográfica do estilo de vinculação e da personalidade em indivíduos com história de abuso de substâncias e condutas delinquentes. Dissertação de doutoramento. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Patterson, R., DeBaryshe, D. e Ramsey, E. (1989). A developmental perspective on antisocial behavior.
- Pral, C. (2007). Oportunidade e risco: suporte social e fatores psicossociais associados ao fenómeno da delinquência juvenil. Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Dissertação de Mestrado em Psicologia Legal.
- Prescott, M., Sekendur, B., Bailey, B., e Hoshino, J. (2008). Art making as a component and facilitator of resiliency with homeless youth. *Art Therapy: Journal of the American Art Therapy Association*, 25.

Quivy, R. e Campenhound, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva.

Rapp-Paglicci, L., Stewart, C., e Rowe, W. (2008). "Evaluating the Effects of Prodigy Cultural Arts Program on Symptoms of Mental Health Disorders in At-Risk and Adjudicated Youths."

Rigon, R. (2012). *Delinquência Infantojuvenil. Uma Abordagem Desenvolvimentista em Criminologia*. Lisboa: Editorial Juruá.

Rosal, M. (2018). *Cognitive Behavioral Art Therapy: from behaviorism to the third wave*. Nova Iorque. Routledge.

Ross, C. (2016). *Exploring the Ways Arts and Culture Intersect with Public Safety: Identifying Current Practice and Opportunities for Further Inquiry*.

Rubak, S., Sandbæk, A., Lauritzen, T., e Christensen, B. (2005). Motivational interviewing: a systematic review and meta-analysis. *British Journal of General Practice*.

Silbereisen, R., Noack, P., e Reitzle, M. (1987). Sobre os problemas do comportamento na adolescência: Observações de campo e avaliação longitudinal. *Análise Psicológica*, 4(5), pp. 509-541.

Silva, A. (2010). *Estudo neuropsicológico em adolescentes institucionalizados*.

Sousa, L. (2010). A importância da comunicação não verbal do professor universitário no exercício da atividade profissional.

St James-Roberts, I., Greenlaw, G., Simon, A., e Hurry, J. (2005). *National evaluation of Youth Justice Board mentoring schemes 2001 to 2004*. London: Youth Justice Board.

Strang, H., Sherman, W., Mayo-Wilson, E., Woods, D., e Ariel, B. (2013). Restorative Justice Conferencing (RJC) Using Face-to-Face Meetings of Offenders and Victims: Effects on Offender Recidivism and Victim Satisfaction. *A Systematic Review*.

Sutherland, J., Waldman, G., e Collins, C. (2010). "Art Therapy Connection: Encouraging Troubled Youth to Stay in School and Succeed." *Art Therapy: Journal of American Art Therapy Association*.

Tarling, R., Davison, T., e Clarke, A. (2004). *The national evaluation of the youth justice board's mentoring projects*. London: Youth Justice Board.

Tolan, P., Henry, D., Schoeny, M., Bass, A., Lovegrove, P., e Nichols, E. (2013). Mentoring interventions to affect juvenile delinquency and associated problems: A systematic review.

Trillo, V. (2011). *Grupo de Amigos, Género y Delincuencia Juvenil*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia, Departamento de Psicologia Social, Básica y Metodologia da Universidade de Santiago de Compostela.

Van Westrhensen, N., e Fritz, E. (2014). “Creative Arts Therapy as Treatment for Child Trauma: An Overview.”.

Vice, C. (2012). *Building Resiliency in At-Risk Youth Using Art Therapy*. Madison, University of Wisconsin.

Wasserman, G.; Keenan, K.; Tremblay, R.; Cole, J.; Herrenkohl, K.; Loeber, R.; e Petechuk, D. (2003). *Risk and Protective Factors of Child Delinquency*. U.S. Department of Justice, office of juvenile justice and delinquency prevention.

Young, W., Farrell, L., e Taxman, S. (2012). *Impacts of juvenile probation training models on youth recidivism*.

Anexos

Anexo A - Pedido à Direção Regional de Educação do Norte

Pedido de Autorização da Investigação

Ex.mo(a) Director(a) Geral dos Estabelecimentos Escolares,

Eu, Ana Margarida Silva da Cunha, aluna nº 38100 do curso de Criminologia da Universidade Fernando Pessoa, venho por este meio, solicitar a Vossa Excelência, a autorização para proceder à implementação do programa de prevenção “Tiny Moving Parts: Arte como forma de prevenção da Delinquência Juvenil”.

O principal objetivo desta intervenção é a prevenção da delinquência juvenil, reduzindo os fatores de risco e aumentando os fatores de proteção. Entre os objetivos, procura-se capacitar os jovens de resolução de problemas, aumento da auto-estima, promoção da resiliência e promoção de estabelecimento de relações positivas e significantes na vida destes. Terá a duração de aproximadamente 6 semanas.

Solicito, que me seja concedida a autorização para efetuar implementação deste programa nas instalações da escola.

Peço deferimento.

Grata pela vossa atenção,

Ana Cunha

Porto, ___/___/___

Anexo B - Pedido à Direção do Estabelecimento de Ensino

Pedido de Autorização da Investigação

Ex.mo(a) Director(a) da Escola (nome do estabelecimento escolhido),

Eu, Ana Margarida Silva da Cunha, aluna nº 38100 do curso de Criminologia da Universidade Fernando Pessoa, venho por este meio, solicitar a Vossa Excelência, autorização para proceder à implementação do programa de prevenção “Tiny Moving Parts: Arte como forma de prevenção da Delinquência Juvenil”.

O principal objetivo desta intervenção é a prevenção da delinquência juvenil, reduzindo os fatores de risco e aumentando os fatores de proteção. Entre os objetivos, procura-se capacitar os jovens de resolução de problemas, aumento da auto-estima, promoção da resiliência e promoção de estabelecimento de relações positivas e significantes na vida destes. Terá a duração de aproximadamente 6 semanas.

Solicito, que me seja concedida a autorização para efetuar implementação deste programa nas instalações da escola.

Peço deferimento.

Grata pela vossa atenção,

Ana Cunha

Porto, ___/___/___

Anexo C - Autorização de Participação dos Encarregados de Educação

Declaração de Consentimento

“Tiny Moving Parts: Arte como forma de prevenção da Delinquência Juvenil”.

Eu, _____, abaixo assinado, compreendi a explicação que me foi dada acerca da participação do meu educando _____, no estudo a desenvolver no âmbito do Projeto de Graduação da aluna Ana Cunha, finalista da licenciatura em Criminologia, pela Universidade Fernando Pessoa.

Atesto que recebi a informação sobre o objetivo principal deste estudo, sendo ele a prevenção da delinquência juvenil através da promoção de fatores de proteção, utilizando a arte como recurso, que será implementado (nome da escola selecionada para a implementação), onde autorizo/ não autorizo (riscar o que não interessa) o meu filho a participar num questionário realizado pela aluna/investigadora.

A informação que me foi prestada explicou o enquadramento, objetivos e metodologia do estudo. Atesto que fui informado(a) de que todos os dados fornecidos serão confidenciais.

Assim sendo, autorizo o meu educando a participar no estudo acima referido, que inclui a aplicação do referido questionário.

Assinatura do Encarregado de Educação:

Data: ___/___/___

Ana Cunha

Anexo D - Autorização de Participação dos Alunos

Declaração de Consentimento

“Tiny Moving Parts: Arte como forma de prevenção da Delinquência Juvenil”.

Eu, _____, abaixo assinado, compreendi a explicação que me foi dada acerca da minha participação no estudo a desenvolver no âmbito do Projeto de Graduação da aluna Ana Margarida Cunha, finalista da licenciatura em Criminologia, pela Universidade Fernando Pessoa.

Atesto que recebi a informação sobre o objetivo principal deste estudo, sendo ele a prevenção da delinquência juvenil através da promoção de fatores de proteção, utilizando a arte como recurso, que será implementado (nome da escola selecionada para a implementação), onde autorizo/ não autorizo (riscar o que não interessa) o meu filho a participar num questionário realizado pela aluna/investigadora.

A informação que me foi prestada explicou o enquadramento, objetivos e metodologia do estudo. Atesto que fui informado(a) de que todos os dados fornecidos por mim fornecidos serão confidenciais e que tenho o direito de recusar a qualquer momento a minha participação neste estudo, sem que isso possa ter qualquer efeito prejudicial.

Dessa forma, consinto participar no estudo acima referido.

Assinatura do Participante:

Data: ___ / ___ / ___

Ana Margarida Cunha

Anexo E - Questionário

O presente inquérito por questionário foi elaborado no âmbito do estudo “Tiny Moving Parts: Arte como forma de prevenção da Delinquência Juvenil”, que está a ser desenvolvido pela aluna Ana Margarida Silva da Cunha, no âmbito do seu Projeto de Graduação, para obtenção do grau de Licenciatura em Criminologia, na Universidade Fernando Pessoa.

O inquérito é anónimo, pelo que não deverá apresentar qualquer elemento que permita a sua identificação. Todas as informações recolhidas serão confidenciais. Agradeço a tua colaboração e disponibilidade

Idade: _____
Sexo: Masculino: __ Feminino: __ Não-Binário: __
Nacionalidade: _____
Ano que Frequentas: _____
Já reprovaste? _____

Com quem vives:

Tem irmãos?
 Não: _____ Sim Se sim, quantos: _____

Idade da Mãe: _____ Habilitações Académicas da Mãe: _____

Idade do Pai: _____ Habilitações Académicas do Pai: _____

Idade do(s) Irmão(s): _____

Profissão da Mãe: _____ Profissão do Pai : _____

Caso não se aplique:

Idade do Encarregado de Educação: _____

Habilitações Académicas do Encarregado de Educação: _____

Profissão do Encarregado de Educação: _____

Grupo I - “ Eu e o meu ambiente familiar”

(Perguntas de respostas curta)

	Sim	Não	Não sei/Não se aplica
1- Sinto-me sozinho? Isolado?			
2- Sinto que tenho pouca sorte?			
3- Tenho confiança nas minhas capacidades?			
4- Tenho dificuldade em cumprir ordens?			
5- Sou impulsivo?			
6- Considero que sou uma pessoa agressiva?			
7- Estou satisfeito com o tamanho do meu grupo de amigos.			
8- Quando penso nas minhas atitudes perante os meus pais sinto-me culpado			

	Sim	Não	Não sei/Não se aplica
9- Gostava de ter mais atenção por parte dos meus pais.			
10- Sinto que as atitudes menos corretas que tenho se devem ao facto dos meus pais não se preocuparem comigo.			
11- Tenho uma boa relação com os meus pais			
12- Sou muito ligado(a) à minha família.			
13- Tive uma infância feliz.			
14- Os meus pais já se bateram.			
15- O meu ambiente familiar é agradável.			

Grupo II - Substâncias

As seguintes questões são referentes aos consumos (tabaco, álcool, outras drogas)

Consumo de tabaco:

- 1- Alguma vez fumaste? ____ Se sim, quantas vezes? _____
- 2- Com que frequência fumaste nos últimos 30 dias? _____
- 3- Alguma vez te sentiste pressionado pelos teus colegas/amigos para fumar? _____

Bebidas alcoólicas:

- 4- Alguma vez consumiste álcool? ____ Quantas vezes? _____
- 5- Se consumisses álcool, achas que terias problemas com os teus pais? _____
- 6- Alguma vez consumiste álcool sob a influência ou pressão de amigos? _____

Drogas:

- 7- Alguma vez consumiste drogas? ____ Se sim, Quais? _____
- 8- Se consumiste, porque é que consumiste? _____
- 9- Alguma vez te sentiste pressionado a consumir, ou alguma vez te viste pressionado a consumir só porque os teus amigos o faziam e não te querias sentir de parte? _____
- 10- Já cometeste-te algum delito, e não foste apanhado? _____
- 11- Comeste delitos com o teu grupo de amigos? _____
- 12- Em que contexto bebes? _____
- 13- Em que contexto fumas? _____
- 14- Em que contexto consumes drogas psicoativas? _____

Grupo III - Eu e a Escola

- 15- Gostas de andar na escola? _____
- 16- Se respondeste Não na pergunta anterior, explica-me as razões pelas quais não gostas?

- 17- Faltas às aulas? _____ Se Sim, como é que ocupas esse tempo? _____
- 18- Com que regularidade faltas à escola? _____
- 19- Geralmente, falas com as pessoas com quem moras sobre a escola? _____

Grupo IV - Zona onde habitas

- 20- Gostas da zona onde resides? _____
- 21- Existe criminalidade na zona onde resides? _____
- 22- O local onde habitas é degradado? _____

Obrigada pela Participação:)

Anexo F - Questionário de reflexão, 2ª sessão.

Questionário de Reflexão

- 1- Sentes que já conheces um pouco melhor os teus colegas?
- 2- Podes dizer que aprendeste coisas novas durante a realização deste exercício?
- 3- Após a realização deste exercício achas importante dar-mos a conhecer aos outros? Porquê?

Anexo G - Questionário de reflexão, 3ª sessão.

Questionário de Reflexão

- 1- O que achaste do exercício?
- 2- Sentiste-te confortável a realizá-lo?
- 3- Foi fácil para ti ver-te ao espelho e falares sobre o que viste e sentiste?

Anexo H - Questionário de reflexão, 4ª sessão.

Questionário de Reflexão

- 1- Como é que te sentiste?
- 2- Conseguiu identificar as tuas emoções?
- 3- Quais foram as principais dificuldades que sentiste ao fazer este exercício?

Anexo I - Questionário de reflexão, 5ª sessão.

Questionário de Reflexão

- 1- Qual foi a razão para escolheres o som que escolheste?
- 2- O que sentiste por não poderes visualizar ou verbalizar as tuas ações?
- 3- Qual foi a tua estratégia para conseguires voltar à tua posição principal?

Anexo J - Questionário de reflexão, 6ª sessão.

Questionário de reflexão

- 1- O que é que é especial no teu amuleto?
- 2- Como é que ele te pode proteger ou ajudar?
- 3- O teu amuleto é uma pessoa, um objeto ou um conceito?
- 4- O teu amuleto é básico, detalhado, precioso, feito com coisas da natureza?
- 5- Podes transportá-lo contigo?
- 6- Que outro tipo de coisas, pessoas ou objetos servem de proteção para ti?
- 7- Como é que ter um amuleto (sensação de proteção) te pode ajudar a aumentar a auto-estima?

Anexo K - Questionário de reflexão, 7ª sessão.

Questionário de reflexão

- 1- Estás satisfeito com a imagem que achas que as pessoas têm em relação a ti?
- 2- De todas as pessoas, qual delas acha que te conhece melhor?
- 3- Achas que as tuas atitudes e comportamentos transmitem uma boa imagem e reputação a quem te percebe?

Anexo L - Questionário de reflexão, 8ª sessão.

Questionário de reflexão

- 1- O que foi mais difícil neste exercício?
- 2- Quais foram os motivos pelos quais tomarão a vossa decisão?
- 3- Foi fácil para vocês chegar a um consenso entre todos?
- 4- Consideras que a comunicação com o teu grupo foi fácil ou difícil? Porquê?

Anexo M - Questionário de reflexão, 11ª sessão.

Questionário de reflexão

- 1- Achas importante adaptar-te aos diferentes contextos? Porquê?
- 2- No teu dia a dia, sabes como te dirigir a diferentes pessoas?
- 3- Na tua opinião à maneiras mais certas ou erradas de cumprimentar as pessoas?
- 4-

Anexo Q - Questionário Inicial e Final

Questionário

[Este questionário é dividido em duas partes. A Primeira parte irá corresponder a um breve questionário relativo às expectativas para o programa e quais as motivações para participar no mesmo. A segunda parte refere-se à avaliação final]

Parte I (A aplicar no início do programa, juntamente com o anexo E)

1- Quais são as tuas expectativas para este programa?

2- Porque é que decidiste participar no programa?

3- O que achas que vais aprender com este programa?

Parte II (Aplicar no fim do programa)

4- O programa correspondeu às tuas expectativas?

5- Qual foi a sessão que mais gostaste? Porquê?

6- Qual foi a sessão que menos gostaste? Porquê?

7- Sentes que aprendeste alguma coisa com o programa? Se sim, o que?

8- Se tivesses de alterar alguma coisa no programa, o que seria?

9- Quais são para ti as aprendizagens que irás tentar aplicar na tua vida, agora que terminaste a participação no programa? _____

10- O que achaste da equipa formadora durante todo o programa? Sentiste-te à vontade para falar? Sentiste-te ouvido? _____

11- Deixa, por favor, alguma sugestão para futuras intervenções! _____

OBRIGADA PELA VOSSA PARTICIPAÇÃO!